



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E ATIVIDADE ECONÔMICA

PRESIDENTE: NABIL BONDUKI

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 11 de abril de 2026

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

21714

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Bom dia a todos e a todas. Na qualidade de Presidente da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, declaro abertos os trabalhos da 3ª Audiência Pública de 2026, tendo como tema: Diálogo e estudo de propostas para a reformulação do modelo de governança do Transporte Escolar Gratuito na cidade de São Paulo, atendendo ao requerimento 09/2026, de autoria deste Vereador, aprovado em reunião desta Comissão.

Presente o Vereador Nabil Bonduki e a Vereadora Rute Costa, que está *on-line*.
Presentes ainda os Vereadores: Silvão Leite, Professor Toninho Vespoli, Senival Moura e o ex-Vereador Abou Anni, que não são desta Comissão, mas vão também participar desta Audiência Pública.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/.

O convite para esta Audiência Pública vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 06 de abril.

Inicialmente, em nome da Câmara Municipal, quero me desculpar imensamente pela dificuldade toda que vocês tiveram para entrar na Câmara Municipal. Desde a hora que cheguei aqui, às 8h45, fizemos um esforço grande para agilizar a entrada de vocês, para fazer esta reunião com a maior participação possível. Além do plenário da Câmara, da galeria, temos outros auditórios também disponibilizados para que todos possam acompanhar através do telão. E aqueles que eventualmente não puderam vir, poderão acompanhar também em casa, pela internet, para podermos garantir a máxima participação de todos.

Quero informar, em primeiro lugar, os convidados para esta reunião de hoje, a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte, está presente *on-line*, representada pelo Sr. Adriano da Silva, do Departamento de Transporte Público, Divisão de Transporte Escolar e também pelo Sr. Bruno Serroni, da Diretoria de Transportes Públicos, do mesmo Departamento. Foram também convidadas, e estão presentes, a São Paulo Transportes,

SPTTrans, representada pela Sra. Lorine Rubio Amancio Barreiros, Gerente de Planejamento Logístico; Secretaria Municipal de Educação, representada pela Sra. Viviane Ribeiro Vilas Boas; Sindicato dos Transportadores Escolares, representado pelo Sr. Wesley Florêncio; UGTESP, União Geral do Transporte Escolar de São Paulo, representada pelo Sr. Anderson Malafaia; Artesul, Associação Regional de Transporte Escolar de São Paulo, representada pelo Sr. Jorge Formiga; representando as mães das crianças que utilizam esse serviço, a Sra. Sandra Miranda. Convido a todos para fazer parte da Mesa.

Pessoal, frente ao grande número de pessoas para falar, além dos que estão na Mesa, haverá a possibilidade de aproximadamente 15 falas dos presentes. E para cumprir o horário destinado a esta audiência pública, peço brevidade às pessoas inscritas para falar

Então, a princípio, vou dar cinco minutos para cada membro da mesa falar; e, depois, de dois a três minutos para quem for falar do plenário, para que possa haver maior participação possível dos representantes.

Em primeiro lugar, vou pedir licença para a Sra. Viviane para dar início à fala dos representantes dos setores, para que possam levantar as várias questões relativas ao serviço. São quatro pessoas, inicialmente; depois três representantes do Poder Público vão falar; em seguida, nós vamos abrir para o plenário e, à medida que os Vereadores acharem necessário, conveniente, poderão fazer a sua manifestação.

Eu vou abrir as inscrições para o público, embora houve já uma combinação de algumas pessoas que vão falar, sendo um representante de cada cooperativa, para poder ter uma representação inicial. Então, vamos iniciar com as falas com os representantes das cooperativas e depois, eventualmente, para os demais, se julgarem necessário.

Esperamos que não precisemos repetir muitas vezes as mesmas questões, que eu acho que todos estão sofrendo. Então, é importante haver uma organização para podermos fixar muito claramente quais são as questões e como podemos enfrentá-las.

O objetivo desta reunião, como diz o título, é dialogar e discutir propostas para a reformulação do sistema de governança do serviço escolar, que veremos que apresenta vários problemas.

Eu não vou fazer a introdução, porque acredito que pode ser feita pelos que estão sofrendo diretamente o problema.

O SR. SENIVAL MOURA – Presidente, eu poderia fazer apenas um apontamento? Porque eu acho que eu não entendi direito. Eu peço desculpa, que acabei não entendendo direito. A audiência vai ser para tratar do novo modelo, ou vai ser para tratar dos problemas que estão havendo hoje, especialmente com aquelas crianças que estão que ficaram fora do transporte por pela tal cláusula de barreira? Porque V.Exa. leu a introdução e eu entendi um pouco diferente.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – As duas coisas, nobre Vereador Senival.

O SR. SENIVAL MOURA – Então, está corrigido, são duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – É diálogo, portanto, para que se apresentem os problemas; e também que se apresente, claro, desde que existam, propostas para enfrentar os problemas. Então, obviamente, nós não vamos resolver esses problemas aqui. A nossa função, da Câmara, é dar voz aos representantes, às pessoas que estão sofrendo, para as mães que representarão os estudantes e o Poder Público, para poder discutir os problemas que forem levantados e, eventualmente, apresentar propostas para resolver esse problema e para abrir um diálogo.

O que foi reivindicado por partes dos representantes que estiveram na Comissão foi que se abrisse um diálogo com o Poder Público para poder resolver os problemas.

O SR. SENIVAL MOURA – Então, primeiro é o diálogo, e depois a situação.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – E a situação, para poder avançar.

O SR. SENIVAL MOURA – É porque, conforme foi lido, ficou claro que é o diálogo só. Também haverá outra audiência que foi aprovada pela Comissão de Educação, que será

outro formato, por isso que eu perguntei sobre o formato, que é importante entendermos o formato da audiência pública, para não virar aquela confusão. Mas foi esclarecido e agora eu entendi que será também para as mães que estão aqui também questionando, que são muitas, que têm muito problema de crianças que ficaram sem o transporte.

Em que pese o que disse o Presidente, a audiência pública é para tratar de todos os assuntos. E o mais grave que eu entendo são as crianças que ficaram sem o transporte. Então, se as mães estão aqui, elas têm que falar.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Exato. Isso está previsto, a fala das mães, não só da representante que vai estar na mesa, como de outras mães que poderão falar.

Então, esclarecido esse ponto, vamos dar início chamando o Sr. Wesley Florêncio, representante do Sindicato dos Transportadores Escolares.

O SR. WESLEY FLORÊNCIO - Bom dia a todos, à Mesa, aos Transportadores Escolares que acordaram, novamente, às 5h, para estar neste plenário, lutando pelos seus direitos com as mães.

Quero, primeiramente, agradecer cada um de vocês. Uma salva de palmas para vocês mesmo. Parabéns. (Palmas)

Quero lembrar do pessoal que está no outro auditório tentando acompanhar.

Eu tenho um vídeo para soltar. Ele vai passar, mais ou menos, algumas das nossas pautas referentes ao TEG.

- Apresentação de vídeo.

O SR. WESLEY FLORÊNCIO – Obrigado.

Só para complementar, Vereadores, na quinta-feira, nós estivemos reunidos na Secretaria de Educação e solicitamos essa questão das 10 mil crianças que saíram do transporte escolar. Foi, aproximadamente, esse número ou mais.

Na data de ontem, soltou-se uma Portaria através de Instrução Normativa que altera essa questão. Porém, mais uma vez, a Secretaria de Educação colocou uma fala ou uma escrita

que deixa duvidoso. Então, eu vou ler, bem brevemente, o que fala a Portaria. Ela fala que “onde tem locais que existe eventual dificuldade acentuada de circulação de pedestres, a partir dessa Normativa, ela tem direito ao transporte escolar gratuito”.

Então, é deixar claro uma fala aqui para, quando a Secretaria de Educação passar isso para as suas Diretorias Regionais, que elas entendam o que essa frase significa. Está aqui: a frase significa prioridade de rota de acesso, gestão de barreiras físicas como rebaixamento de calçadas, calçadas irregulares, proibição de obstrução na via, piso e sinalização errada e irregular, poste de iluminação.

Essa questão da fala da Secretaria de Educação, se eles não passarem de acordo com o que está aqui, foi extraído do Google, e o Google é o que eles usam como mapa para tirarem ou darem o direito de a criança ter o transporte escolar.

Que eles utilizem desse mesmo critério da barreira física com essas frases: calçada irregular, onde toda a parte iluminação, toda a parte em que tenha uma dificuldade para a criança, seja exercida e dado o direito da criança.

Além de dar o direito da criança, a partir de hoje, aquelas 10 mil crianças que ficaram fora do transporte. Eu acho que a gente não precisa fazer processo, enviar relatório. Elas têm de estar dentro do programa novamente. (Palmas)

Porque dentro da questão das crianças que vão perder, terão muito mais crianças que terão direito ao transporte.

É um apelo que a gente faz à Secretaria de Educação, que repasse isso às Diretorias Regionais, da forma correta, não uma forma que possa dar mais interpretação.

Então, quero, novamente, agradecer pela fala e vamos continuar.

Muito obrigado, pessoal. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Obrigado.

Vamos passar, imediatamente, então, para o Sr. Anderson Malafaia.

O SR. ANDERSON MALAFAIA - Bom dia.

Gostaria de agradecer ao Presidente da Comissão de Trânsito e Transporte e todos os demais Vereadores que se fizeram presentes no dia de hoje; também ao representante da Secretaria de Educação; Secretaria de Transporte, peço desculpas a vocês porque eu estava lá embaixo ajudando o pessoal a subir. Tem alguém aqui ou não?

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Está *on-line*.

O SR. ANDERSON MALAFAIA – Não conseguiram vir. (Pausa) Bom, só aí já mostra a credibilidade que nós estamos tendo enquanto segmento com a Secretaria de Transporte. Não ter uma pessoa aqui para representá-los e nos ouvir fica difícil qualquer outra situação.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Desculpe-me. Eles estão *on-line*, mas estão ouvindo.

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – Nós estamos *on-line*.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Estão ouvindo e irão responder em seguida.

O SR. ANDERSON MALAFAIA – Perfeito.

Eu também trouxe um vídeo para que fosse passado rapidinho, dois minutinhos para não tomar o tempo dos senhores, mas eu gostaria que reproduzisse para que todos pudessem ver.

- Apresentação de vídeo.

O SR. ANDERSON MALAFAIA – Nós temos no transporte escolar gratuito quatro modalidades: TEG Creche, TEG Convencional, TEG Acessível e TEG Especial.

Tenho a certeza, Srs. Vereadores e representantes da Secretaria de Educação e da de Transporte, que todos irão concordar: nós precisamos de um contrato justo, uma remuneração fixa que garanta a operação e que nos dê tranquilidade para investir.

Esse modelo atual já está mais do que provado, depois de tantas manifestações que já fizemos, de tantos ofícios já encaminhados a esta Casa e à própria Prefeitura, que, em primeiro lugar, não contempla as crianças que são vistas hoje pela Prefeitura como custo e não como investimento. Isso fica muito claro para nós. Cada criança a menos em um carro é menos que a

Prefeitura tem que gastar com transporte escolar gratuito. No momento em que a gente vê, a toda hora, pelas redes sociais, investimentos nos ônibus elétricos, na modernidade - está certo, tem que ser mesmo - qual a diferença em investir no transporte coletivo e no transporte escolar?

Na minha opinião - e acredito que na de todos vocês e, principalmente, na opinião dos pais e mães de família que têm seu filho no TEG -, deveria ser prioridade o escolar e, não, o transporte coletivo, porque antes a segurança dos filhos do que a nossa própria segurança. Essa é a lógica.

Nós temos que ter um contrato que contemple todos esses profissionais, que não têm segurança financeira para fazer investimento, que não sabem, quando inicia o ano letivo, se vão conseguir honrar seus compromissos. Nós não podemos mais ganhar por criança; nenhum professor ganha por aluno na escola.

O que está acontecendo, senhores e senhoras? É que, cada vez mais, nós temos pessoas desistindo do TEG e, cada vez mais, nós teremos mais crianças fora da escola por falta de transporte.

Então, fica a pergunta para a Secretaria de Educação: qual era a demanda que nós tínhamos em dezembro de 2025 e qual é a demanda atual do TEG? Vocês mesmos irão verificar que nós tivemos a redução drástica. Sabem por quê? Barreiras físicas foram cortadas.

Como meu colega disse aqui, simplesmente, tiraram, sem justificativa, sem registro, sem prova de que houve melhoria na via. Por que isso? Por que queriam que a gente trabalhasse menos ou porque queriam gastar menos com transporte escolar? A resposta é óbvia. Nós estamos sendo vistos como custo e, não, como investimento. Isso precisa mudar. Este é o último recurso que nós temos antes de parar o transporte escolar gratuito da cidade, por isso estamos aqui. (Palmas)

Esse é o último recurso antes de uma paralização.

Muito obrigado, pessoal. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Obrigado, Sr. Anderson.

Passo a palavra para o Sr. Jorge Formiga, que representa a Arte Sul. (Palmas)

O SR. JORGE FORMIGA - Bom dia.

Quero parabenizar todas as instituições, todas as lideranças, todos os pais e mães de família, todas as pessoas físicas, jurídicas, que têm um, dois carros, todos são igualmente importantes.

Infelizmente, como já foram colocados aqui vários exemplos, a modernidade chegou através de tecnologia, mas a reação não está compatível com a necessidade, e quando a gente vê uma Secretaria de Educação que tem um critério de inclusão de crianças por barreira de percurso, por distância, e barreiras totalmente abertas, antigas.

Têm, infelizmente, pessoas que decidem que uma criança de cinco, seis anos pode atravessar uma avenida, uma Avenida Rio Branco, uma Avenida Paulista, guardadas as proporções em seus bairros, com o tamanho e a importância daquele fluxo, atravessou a Rio Bonito, não têm direito porque só tem 400, 500 metros; atravessou a Ragueb Chohfi também não pode porque tem 500, 600 metros. E a questão não é essa: o filho dessas pessoas, elas deixariam atravessar essa avenida porque tem uma sinalização no chão? Isso está superado.

Existe uma necessidade urgente que seja constituída uma comissão, que não fique só na educação, nada contra a educação, mas nós temos de ter mais gente participando desse processo, nós temos de ter instituição que defenda o direito da criança, e juntos, somando. Nós temos de ter gente da quebrada, gente que mora na região, junto com o representante da unidade escolar, que antigamente decidia, hoje passou-se tudo para as DREs, nós temos, obviamente, condutores DREs/DREs e por aí vai.

Agora, pensa na mãe. A mãe vai para a escola fazer a matrícula do TEG, anda 1.400, 1.500 metros, com dois filhos, aí a escola faz a matrícula, ok. O que dizem para ela? Alguns dizem, não vai ter direito, vai ter direito... Olha, a senhora volta daqui porque eu vou mandar para a DRE. Aí mãe já andou três quilômetros, algumas deixaram de trabalhar para ir lá. Aí, essa mãe, passa um tempo, não consegue, e a vida dela continua com três, quatro filhos. E aí, de novo, ela

vai na escola, e a culpa não é da escola, ela chega na escola, e o que aconteceu? Ah, a DRE não respondeu, e ela andou mais um dia. E aí, até quando ela vai andar?

Lembrando que, em 2002, quando esse projeto foi implementado, ele tinha o seguinte critério: primeiro, deficientes. Hoje nós temos mães de crianças atípicas, que estão aqui, e não estão conseguindo sequer vagas na escola, e todos tinham direito. Segundo, era a condição socioeconômica, existia uma pontuação: um salário, cinco filhos têm mais pontos; um salário, quatro filhos têm menos pontos, só que todos tinham, saia uma criança, você chamava a próxima, que entrava no carro e já tinha o direito. Hoje, os condutores parecem mendigos pedindo esmola. (Palmas) E as mães que pagam os impostos parecem o quê? Elas chegam em uma condição de submissão, ela chega humilhada, ela chega com medo de falar: ah, se eu falar errado ela pode se ofender. Gente, e as DREs passando também por situações de não ter estrutura para atender a demanda. Nós estamos em que mês, abril? Onde já se viu, você hoje ter condutores esperando, pinga, pinga, e não funciona, isso está claro. Qual é a dúvida que vocês têm que não está funcionando? Nós estamos no mês de abril e estamos esperando crianças.

Eles dão tanta importância, e volto agora com a parte da precificação – e finalizando - ano passado foi feito um movimento com os condutores, atingimos um número monstro, entupiu tudo, pô, estávamos felizes, arreventamos, estouramos. Aí foram e negociaram, levaram um reequilíbrio financeiro de 46%, e quando foi que recebemos? Gente, se você eleva 46% e recebe 10%, isso não é razoável, não faz sentido. Isso é desrespeito, isso é falta de sensibilidade de quem está governando. Desculpa, não tem como. (Palmas)

Para encerrar, para concluir, cadeirante levou zero. Esta gestão não tem sensibilidade nem com deficiente. Quer dizer que agora o cadeirante vai no ponto? Qual é o ponto que tem desconto de 50% para cadeirante? Fala aí... Colocaram mil carros para as creches, e aí todo mundo está com demanda? Não. Pô, se tinha dinheiro para mil carros, pensasse antes de colocar, e não tentar reduzir o orçamento. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Obrigado, Sr. Jorge. Eu vou passar agora para a Sra. Sandra Miranda, que representa as mães.

A SRA. SANDRA MIRANDA - Bom dia a todos. Quero agradecer à oportunidade de estar representando as mães do estado de São Paulo, e com muita indignação por tirarem o TEG das nossas crianças.

Sou mãe, tenho uma filha de oito anos, que estuda há quase três quilômetros da escola, que está impossibilitada de estudar, foi tirado direito da minha filha, tiraram o TEG dela, tiraram o direito das nossas crianças estudarem. Trago aqui a minha indignação, porque foi feito sem anunciar, sem avisar às mães que os TEG seriam tirados. Quando eu consigo levar a minha filha para escola e não ver crianças, a escola vazia por falta do TEG, é muito triste. O TEG é um direito conquistado por nós, mães, para as nossas crianças.

Onde já se viu, alguém aqui, os senhores que estão na mesa teriam coragem de deixar seus filhos de quatro ou dez anos caminharem sozinhos, pegarem um transporte público cheio, lotado, de manhã ou à noite, enfrentando chuva? Eu moro numa comunidade, em Cidade Tiradentes, no extremo Leste. A rua onde eu moro não tem asfalto. Quando chove e alaga, não tem como o transporte chegar ali dentro. Para eu chegar até onde foi falado, em que as barreiras físicas foram arrumadas não existe. Eu caminho cinco minutos com a minha filha, as barreiras físicas não foram arrumadas.

A Av. Inácio Monteiro, que é um centro de acesso a muitas comunidades ali da Cidade de Tiradentes, sofre muito, porque a Av. Inácio Monteiro não tem via pública adequada para as nossas crianças, as calçadas estão desgastadas, não tem sinalização. Onde já se viu uma criança sozinha caminhar ou outra criança levar outras crianças para a escola? Criança de quatro ou dez anos levar a outra, porque a mãe ou pai tem que trabalhar. Eu tive que parar de trabalhar, meu marido se encontra desempregado no momento, e como que eu vou pagar o transporte meu e da minha filha para poder ir para a escola? A minha filha tem mais de dois

meses sem ir para a escola, gente, isso é um absurdo, porque a minha filha tem direito ao TEG e isso me foi negado.

Eu fui à DRE, a DRE falou para mim: ou eu mudo de escola ou eu desisto do TEG, é triste ouvir isso. Muitas mães estão passando por isso no bairro onde eu moro, mães que precisam, os filhos têm laudos médicos e não pode porque eles negam o TEG. O TEG é muito importante para nós, gente, está defasada a educação, não estão olhando para as nossas crianças, que são o nosso futuro. Eu pude ter a oportunidade de estudar, minha filha não vai ter? Os seus filhos não vão ter? Quem tem carro é fácil levar os filhos para a escola e nós, que somos de baixa renda, que dependemos totalmente do TEG? Os tios estão aqui para nos ajudar. (Palmas)

Os tios que estão aqui são os responsáveis pelos nossos filhos, eles cuidam dos nossos filhos, dos nossos tesouros, e querem tirar isso de nós, que precisamos tanto. A minha filha fala: mãe, quando é que eu vou para a escola; mãe, quando é que eu vou poder estudar? Outras mães me procuram: Sandra, como está a situação? O TEG vai voltar? O TEG vai voltar, sim, o TEG vai ficar sim! (Palmas). Porque eu estou aqui falando por muitas mães que precisam e de tios que estão dispostos a nos ajudar, e Vereadores, que estão sentado na mesa, lutando por nossos direitos, e eu confio na nossa lei, eu confio no que foi decretado para nós, como o direito ao TEG. E eu espero sair daqui com uma resposta concreta, que o TEG fica, o TEG vai ficar e ajudar nossas crianças a terem direito ao estudo, a terem um estudo digno, para que quando estiver lá atrás, quando elas crescerem e olharem para trás, falar: nós tivemos a oportunidade de ter um estudo bom porque foi lutado por nós com muito suor essa oportunidade. Porque mães levam seus filhos por quilômetros de distância, mães grávidas, vizinhas minhas grávidas, que têm que andar quilômetros para levar suas filhas para a escola, numa rua defasada, num asfalto defasado, onde que tem que enfrentar trânsito, carros que não param, mesmo com sinalização defasada para as nossas crianças. O TEG é muito importante para nós.

Senhores responsáveis, olhem por nós, olhem com o coração de pai, com o coração de mãe, porque nós precisamos desse transporte público.

E, assim, eu agradeço a oportunidade que vocês me deram.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - É muito veemente esse depoimento porque mostra a importância dessa questão, a dificuldade que nós estamos tendo hoje na cidade de São Paulo, ela traduziu uma realidade importante. Como diz aqui o Vereador Senival Moura, eu aprovei como Vereador, em 2002, o programa, na época, chamado Vai e Volta, que foi um avanço enorme no sentido da inclusão escolar. Aliás, foi no período da administração Marta Suplicy em que se garantiu não só transporte escolar, como também material escolar, uniforme, a merenda, e isso tudo foi objeto de um projeto de inclusão escolar.

Então, nós tivemos quatro depoimentos: dos representantes de quem transporta, e de quem é atendido pelo serviço. Agora vamos ouvir o Poder Público, começando pela Sra. Viviane Ribeiro Vilas Boas, que representa a Secretaria de Educação. (Palmas)

A SRA. VIVIANE RIBEIRO VILAS BOAS - Bom dia a todos. Estou muito honrada de estar aqui ouvindo vocês, de ter a oportunidade de ouvir principalmente a declaração da mãe e de muitas famílias, que estão aqui representando esse programa importantíssimo, sim, para a nossa Secretaria da Educação. Esse programa tanto é muito importante que, ano passado, nós finalizamos com 144 mil atendimentos, hoje já estamos com 140 mil atendimentos em fase crescente. E a importância do TEG se mostra para a Prefeitura com o que ontem saiu publicado no *Diário Oficial*, que o nosso colega já falou aqui, que é a ampliação de mais critério para se estabelecer a barreira física. Inclusive, quero que essa mãe encaminhe a necessidade, o que aconteceu, porque a Secretaria não tem a ideia de tirar o TEG de ninguém, e sim realmente possibilitar que essas crianças sejam atendidas.

- Manifestações na galeria.

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – Mas está tirando.

A SRA. VIVIANTE RIBEIRO VILAS BOAS - Exatamente por isso a Secretaria fez a reunião, ouviu todos vocês, o Secretário de Educação entendeu a situação e incluiu esse item na portaria. Então todas essas crianças, pontualmente, que têm essa necessidade e que perderam, que entrem em contato pela Diretoria Regional de Educação, pela SME, para que esse TEG seja avaliado e ver o que aconteceu.

Nós...

- Manifestações na galeria.

A SRA. VIVIANTE RIBEIRO VILAS BOAS – Olha, nós estamos aqui...

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Pessoal, pessoal, vamos ouvir a Viviane, depois vocês podem se manifestar para eventualmente se contrapor, se for o caso.

Viviane, por favor. Aqui é uma audiência pública, todos podem falar e todos devem ouvir.

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – Para tirar foi do dia para a noite. Para colocar não pode ser por quê? Tem que ser automático. Do mesmo jeito que tirou coloca.

A SRA. VIVIANTE RIBEIRO VILAS BOAS – Então nós estamos nesta plenária para ouvir, para registrar. Nós temos as comissões. Na comissão, do grupo de trabalho na Educação fazem parte tanto a Secretaria de Transporte como o Secretário da Educação, e eles sempre estão dispostos a ouvir e discutir o que fazer de melhor para o transporte público, *ok*? Então estamos aqui para ouvi-los, para registrar e levar isso para a Educação.

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – Então segunda-feira a gente pode reativar o cadastro das crianças que saíram para começar a transportar elas de novo? Já que para tirar foi rápido, para colocar tem que ser rápido também.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Ok. Obrigado, Viviane.

A SRA. VIVIANTE RIBEIRO VILAS BOAS - Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – O Vereador Senival queria fazer uma questão para a Viviane?

O SR. SENIVAL MOURA - Na verdade, eu trouxe umas duas, três perguntas, apontamentos justamente para o representante da Secretaria de Educação. Como é a Viviane, eu achei o momento oportuno.

Porém, antes eu quero parabenizar a Sandra, que fez uso da palavra e traduziu todos os problemas que estão acontecendo. (Palmas). Ela traduziu tudo aquilo. Se encerrasse a audiência neste momento e a Secretaria assumisse de fato e resolvesse os problemas, eu presumo que o problema das crianças estaria resolvido.

Teve a normativa ontem, eu li a normativa, estou com ela aqui. De fato, ela abre essa oportunidade, agora precisa de ver se vão fazer essa correção mesmo, precisa ver se vão fazer, para deixar claro isso.

Sandra, eu sou de Guaianases, a Inácio Monteiro eu conheço muito bem, conheço igual a muitos que operam lá. Inclusive, só tem calçada na Inácio Monteiro...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SENIVAL MOURA – Não, dos dois que têm, porque foi o Vereador Senival Moura que, muitos anos atrás, destinou recurso para fazer. Porque as crianças andavam no meio das boiadas lá, dos bois. Não tinha.

Agora, as cláusulas de barreira que falaram que estão superadas ali, é uma falta de respeito com as crianças e com as mães das crianças, falta de respeito total. (Palmas) Inclusive eu prefiro primeiro dialogar para a gente tentar resolver, porque o grande objetivo é resolver o problema, não é ficar fazendo vídeo para demonstrar isso ou aquilo. Eu não fiz isso. Fui lá, levei, conversei com diversas mães. Talvez a Sandra não estivesse. Nós fizemos uma reunião em frente ao Centro Cultural num sábado de manhã, inclusive com chuva. Você estava lá, Sandra? Estava. É que eu passei lá rapidamente, porque eu pedi, peguei um relatório, encaminhei para DRE de Guaianases, com mais de cem mãe que escreveram. Só ali, Viviane, mais de cem.

Dessas cem, cerca de vinte foram contempladas, e a justificativa foi que diz que superou. Eu falei: “Olha, com todo o respeito, vocês não superaram absolutamente nada. Para superar vocês precisam...” Aí convidei o Secretário Adjunto que esteve aqui numa reunião da Comissão de Educação, desafiei ele a fazer uma visita lá comigo, nós andarmos rua a rua lá para ele verificar se está superado a cláusula de barreira. Ele não topou, não me respondeu até hoje. Porém eu mandei por escrito. Nós aprovamos o requerimento, mandei por escrito e eles vão responder por escrito, Viviane.

Com essa normativa talvez resolva um pedaço, mas não vai ser a solução. A solução é garantir o transporte integralmente para as crianças, integralmente. (Palmas). É isso, integralmente para as crianças, porque isso é um dispositivo legal, está garantido. Não sei de que forma de repente aconteceu isso.

Mas vamos lá. Sobre as perguntas, eu tenho só três, rapidamente.

É possível alterar a Instrução Normativa 22/2025 com a inclusão de dispositivo, no Artigo 6º, que permita a concessão do transporte escolar para irmãos e estudantes já atendidos pelo programa, ainda com a idade superior a onze anos, desde que, primeiro - que eu também tenho um projeto de lei que apresentei para corrigir isso que arrumaram aí de qualquer forma -, estejam matriculados na mesma unidade educacional?

Porque vocês sabem, vocês são transportadores, vocês sabem: tem três, quatro irmãos... E essa pergunta eu fiz, por isso que eu a estou reproduzindo; escrevi e fiz o requerimento. Aí um tem 13 anos, 12 anos, perdeu o direito ao transporte, mas o transportador vai lá para transportar o irmãozinho e deixa o outro ir a pé. É justo isso? Eu quero que a Viviane responda. (Palmas). Se for justo... Vamos lá.

Dois: que frequentem o mesmo turno escolar; três: haja disponibilidade no mesmo veículo de transporte.

Segunda pergunta, que isso foram as três na mesma na primeira pergunta. Agora vamos para a segunda pergunta. Há diversos relatos de estudantes que tiveram seu benefício

cancelado após a reavaliação administrativa, ou sob a justificativa da suposta remoção de barreiras. No entanto, na prática, esses estudantes ainda enfrentam dificuldade para chegar à escola. Como V.Sa. avalia essa situação? Vai corrigir com base na norma que foi publicada ontem?

Terceira. O valor do orçamento do transporte escolar para 2026, com a educação especial, educação infantil e ensino fundamental, é de apenas 560 milhões de reais, isso para o ano corrente. Isso representa uma queda de 310 milhões de reais - é isso que está lá - em relação ao que foi executado em 2025. Ou seja, uma redução de 35,8%. V. Sa. pode explicar essa redução de 35,8% no orçamento, e se essa redução tem relação com os estudantes que tiveram o benefício do TEG cancelado? Se foi esse o motivo, deixou as crianças sair de transporte, então vamos reduzir o orçamento. Essa é a grande pergunta.

E para finalizar, que é o que eu falei, já protocolei o PL 240/2026 justamente para fazer a correção, que eles alegam é essa cláusula de barreira, para acabar com isso de uma vez por todas. Então, já que a Viviane vai responder, eu queria que ela respondesse tudo isso.

Qual o motivo, sendo que a Câmara de São Paulo, que é o terceiro maior orçamento da União... A cidade de São Paulo é o terceiro maior orçamento da União. O primeiro orçamento é o federal, o segundo é o orçamento do Estado de São Paulo, e o terceiro é o orçamento da Prefeitura da cidade de São Paulo, que é maior que o orçamento do Estado de Minas Gerais, do Estado do Rio de Janeiro, de qualquer outro estado da Federação. Haveria necessidade de deixar essas crianças paradas por causa de 310 milhões de reais?

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado.

Viviane, por favor, se puder responder ou, eventualmente, encaminhar a resposta.

O SR. SENIVAL MOURA - Presidente, está de forma presencial, eu prefiro que ela responda aqui agora. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Não, não, claro. Eu espero que ela responda agora. Caso ela não tenha a informação... A gente sabe que muitas vezes a secretária, a funcionária não tem informação.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Claro. Vamos lá.

A SRA. VIVIANTE RIBEIRO VILAS BOAS – Hoje nós estamos com, por exemplo, barreira física, a gente está com mais de 25.800 barreiras físicas cadastradas. Atendimento a deficiência: estamos com 32.900 atendimentos. Com os critérios de distância, a SME está com 48.536 atendimentos. Doença crônica, 12.203 atendimentos. E irmãos com deficiência, então a gente atende a pessoa com deficiência e leva o irmão no TEG, com mais de 1.059 atendimento.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Só uma informação: esse número corresponde a todos os irmãos que estão solicitando?

A SRA. VIVIANTE RIBEIRO VILAS BOAS – Irmãos com deficiência, são 1.059 irmãos atendidos.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Atendidos.

- Manifestações na galeria.

A SRA. VIVIANTE RIBEIRO VILAS BOAS - Neste momento a gente tem esses números. Tudo o que o senhor levantou, eu já anotei. Nós vamos levar para a Educação, vamos conversar e aí a gente resolve ou esclarece, enfim.

O SR. SENIVAL MOURA - Só para dialogar com você, Viviane, você pode responder isso até quando? Para eu poder ter a informação, porque tenho vários questionamentos sobre isso. Em que pese eu não fazer parte da Comissão de Transporte, já presidi esta comissão por muitos anos, conheço, sei como funciona o TEG. Mas estou na Comissão de Educação, estou acompanhando por lá e é por isso que eu quero. Esses apontamentos, que eu tenho aqui inclusive um gráfico para apresentador do orçamento, infelizmente eu vou ter que sair, porque

REUNIÃO: 21714 DATA: 01/04/2026 FL: 18 DE 57

começou tarde e não vou poder apresentar. Mas eu quero as informações. Se você não tiver condição agora, eu quero que você dê a data de quando você pode, do ponto de vista formal, se for formalmente, mandar para cá a informação.

A SRA. VIVIANTE RIBEIRO VILAS BOAS - Eu preciso conversar para ver que data a gente pode mandar para vocês.

- Manifestações na galeria.

O SR. SENIVAL MOURA – Espera aí, pessoal.

Não dá para você falar três, quatro dias, pelo menos isso, só para a gente ter uma ideia? Uma semana.

A SRA. VIVIANTE RIBEIRO VILAS BOAS - Que seja...

O SR. SENIVAL MOURA - Só para...

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Olha, vamos estabelecer. A Comissão de Transporte tem reunião às quintas-feiras ao meio-dia. Vão estabelecer um prazo. Dez dias, até a reunião, sem ser nessa semana, na seguinte, às 14h.

- Manifestações na galeria.

A SRA. VIVIANTE RIBEIRO VILAS BOAS – O senhor relaciona tudo e encaminha para nós por *e-mail* também. Isso, pode formalizar.

O SR. SENIVAL MOURA – Sr. Presidente, a Viviane pediu para formalizar, então já estou formalizando e vou encaminhar diretamente para ela. Tudo bem? E aí, como sugeriu o Presidente, até a próxima quinta-feira às 14h, pode ser? Eu formalizo. Pode ser?

A SRA. VIVIANTE RIBEIRO VILAS BOAS – Formaliza, primeiro formaliza.

O SR. SENIVAL MOURA – Eu formalizo e até quinta vocês respondem?

A SRA. VIVIANTE RIBEIRO VILAS BOAS – Isso, por favor.

O SR. SENIVAL MOURA - Porque não tem dificuldade para responder isso daí, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Dia 16 é possível, Viviane?

A SRA. VIVIANTE RIBEIRO VILAS BOAS - Se precisa dar uma data...

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – É, para a gente poder receber na Comissão, poder... Bom, dia 16. Se for necessário um prazo, vocês solicitem e a gente vai avaliar.

Pessoal, vamos dar o encaminhamento. A gente precisa ouvir agora SPTrans e Secretaria de Transportes. Eles são *on-line*. Eu vou passar imediatamente a palavra para o Sr. Adriano da Silva, representante da Divisão de Transportes Escolar do Departamento de Transporte Público da Secretaria Municipal de Trânsito e Mobilidade.

Eu quero informar o seguinte: as inscrições estão... são encerradas. As falas posteriores vão ser feitas ali no microfone de aparte.

Eu queria informar a presença do Vereador Silvinho Leite. Eu não anunciei antes porque ele chegou no meio das falas.

Quero passar para o Sr. Adriano da Silva.

Podemos colocar na tela?

O SR. ADRIANO DA SILVA – Bom dia a todos. Vocês estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Bom dia. Estamos ouvindo sim, Adriano.

O SR. ADRIANO DA SILVA – Bom dia, Excelentíssimo Presidente. Bom dia aos membros da Mesa, aos representantes de cooperativas e aos demais participantes.

Meu nome é Adriano e eu estou falando aqui pela Divisão de Transporte Gratuito do município de São Paulo. Nós estamos vinculados ao Departamento de Transportes Públicos.

Minha fala vai ser bem curta. Na verdade, eu acho que é importante registrar, como já foi dito pela Sra. Viviane, que, assim como a Secretaria de Educação, nós da Secretaria Municipal de Transporte também fazemos parte integrante desse contrato aí do transporte escolar gratuito.

E nós, como membros do TEG, que é o transporte escolar gratuito, estamos em constante participação em diversas Comissões, em grupos de trabalho. E nós temos ciência. Inclusive muitos representantes de cooperativas estão lá cotidianamente dialogando conosco.

Então, nós sempre colhemos essas informações e essas reivindicações para levar para discussão.

E é isso. Nós estamos aqui sempre à disposição, fazemos a gestão desse contrato.

Então, desde já agradeço, em nome da Secretaria, pela participação.

Um bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – O Sr. Bruno Serroni também quer se manifestar? Está presente?

O SR. BRUNO SERRONI – Sim, estou presente, Sr. Presidente.

Estou aqui representando a Diretoria do Departamento de Transportes Públicos.

Eu reitero tudo que o Adriano disse. Estamos acompanhando aqui e estamos à disposição do que precisar esclarecer ou participar. E o DTP estar de portas abertas aí para a categoria, para as mães, para poder colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado.

Eu queria passar, então, para a Sra. Lorine Barreiros, que é Gerente de Planejamento Logístico da SPTrans.

A SRA. LORINE RUBIO AMANCIO BARREIROS – Olá, bom dia a todos.

Agradeço o convite. É uma honra estar participando desta audiência representando a SPTrans.

Sou responsável pela área de logística do TEG. Nós temos uma portaria que rege o TEG na SPTrans, e fomos contratados pela SME. Para que vocês possam entender, nós somos responsáveis, fomos contratados pela SME para fazer o planejamento da logística do TEG, onde a gente faz o planejamento das rotas, temos também dentro das atividades citadas na portaria o monitoramento, que hoje o sistema ainda está em desenvolvimento. Então, esse monitoramento, hoje, ainda não é feito, mas estamos ali no processo do desenvolvimento dessa ferramenta para que, em breve, a gente possa fazer. Fazemos também a avaliação *in loco*, caso exista demanda para isso. Fazemos a gestão da logística como um todo.

Coloco-me à disposição. Eu sei que a pauta da audiência acaba não abrangendo muito das nossas atividades, mas estou aqui para colaborar no que for necessário referente ao que atende a nossa gerência e ao nosso trabalho aqui junto com vocês.

Obrigada mais uma vez.

O SR. SENIVAL MOURA – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Pela ordem, Vereador Senival.

O SR. SENIVAL MOURA – Presidente, eu ouvi atentamente a fala dos três que fizeram o uso da palavra. E eu queria perguntar para eles se eles não achavam mais prudente eles estarem aqui de forma presencial. Para fazer o diálogo, para ouvir, para falar, não seria mais prudente? Tratando com seriedade. Eu estou aqui trabalhando, tratando as coisas com seriedade. Seria mais prudente ou não? Eu queria que eles respondessem, Presidente.

- Manifestação do público.

O SR. BRUNO SERRONI – Presidente, eu vou responder. Bruno, representando a diretoria do DTP.

Eu acredito que o espaço de fala, tanto *on-line* quanto presencial, é o mesmo, está bem? E nós estamos à disposição para responder tudo o que for perguntado.

- Manifestação do público.

O SR. SENIVAL MOURA – Bruno, Bruno. Com todo o respeito, Bruno. De forma presencial você está sentindo o calor humano. Você vai entender na pele o sofrimento das pessoas. Aí de forma virtual, numa sala trancado, certamente você não vai entender isso, Bruno.

Então, a sua opinião, no meu ponto de vista, fica prejudicada. Porque eu vou lá, vou dialogar lá no bairro, lá na quebrada, na favela, na comunidade. Fui na Inácio Monteiro e vou em qualquer outra quebrada. Então, não dá para fazer... A audiência pública, gente, é para a gente ouvir, para a gente entender, para saber os problemas. Aí eu ficar dentro de casa trancado e dizer que é assim que se... Não, não é. Com todo o respeito a todos vocês, ao Bruno, a todos

que falaram. Com respeito a todos vocês, eu respeito todo mundo. Agora, não dá para tratar dessa forma, não é?

Eu estou aqui há mais de 20 anos, centenas de audiências públicas. Nós ouvimos em uma audiência pública, inclusive falando sobre o tema, mas de transporte a nível nacional, pessoas que estavam lá na Bahia, no Mato Grosso, e mesmo assim eu questioneei. Porque, se é uma audiência pública, nós temos que resolver os problemas. E aqui é o foro adequado para discutir, não lá dentro de uma sala.

Desculpem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Eu vou passar...

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Pessoal, vamos lá. A gente marcou essa audiência pública para poder fazer esse diálogo, não é? Eu acho que realmente a presença é sempre a mais importante, porque a gente pode fazer o tête-à-tête.

Agora, o que nós precisamos conseguir é obter respostas do Poder Público às questões que estão sendo levantadas aqui. Eu acho que esse é o principal objetivo dessa audiência pública: saber se o Poder Público tem resposta aos problemas que foram trazidos, que estão sendo trazidos aqui.

O SR. SENIVAL MOURA – Presidente, eu ouvi aqui o pessoal falando de proposta. A proposta sou eu que tenho que apresentar?

- Manifestação do público.

O SR. SENIVAL MOURA – Ah, eles... Então, agora, abre a palavra para eles, Presidente, para eles apresentarem a proposta e a solução.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Eu perguntaria, então: vocês têm condição de fazer essa resposta para o Vereador Senival? Adriano? Bruno?

O SR. SENIVAL MOURA – Presidente, para entender direito. Eu entendi que eles perguntaram sobre proposta e eu perguntei: “Eu que tenho que responder?”. Eles responderam que não, que quem tem que responder são eles lá, que estão na sala.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Eu estou perguntando para eles se eles têm condição de responder essas questões que foram levantadas.

Bruno?

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Está bem, silêncio, gente. Silêncio. Vamos ouvir aqui. Foram levantadas questões, por exemplo, trazidas pela Sandra, de uma criança que tem que andar três quilômetros para poder chegar na escola.

Então, são esses problemas. A questão das barreiras também. Se existe possibilidade de encaminhamento dessas questões, a questão que foi levantada também aqui da remuneração, que a remuneração é por serviço e não por criança transportada. Existe a possibilidade de vocês encaminharem alguma proposta relativa a isso?

O SR. SILVÃO LEITE – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Sim? Vereador Silvão.

O SR. SILVÃO LEITE – Eu queria colocar aqui mais uma dor, levantar mais uma questão aqui, logicamente acho que é importante e pertinente nesse momento.

Primeiramente, bom dia a todos. Obrigado pela presença de vocês.

Uma questão que foi levantada aqui, e essa é direcionada para a nossa representante da Secretaria de Educação, a Viviane, e depois acho que ela pode ser incorporada a todas as questões que nós vamos colocando.

Em relação ao parágrafo segundo, recentemente incluído no artigo 13 da Instrução Normativa do TEG, que determina a revisão obrigatória semestral das barreiras, com possibilidade de desativação, eu queria saber dela como a Secretaria pretende compatibilizar essa lógica de reavaliação frequente com a necessidade de previsibilidade e continuidade do

transporte escolar para as famílias e, ao mesmo tempo, com a sustentabilidade econômica dos motoristas, que passam a operar sob risco constante de perda de rotas a cada seis meses.

Quer dizer, então, na normativa que soltaram ontem o transportador inicia com as rotas montadas, dali seis meses pintaram uma faixa na avenida, acabou a rota, ele perdeu essa rota? Como é que fica isso?

Eu gostaria de fazer essa colocação para que a Viviane pudesse também avaliar isso e nos responder.

Obrigado, Presidente. Obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Viviane, quer responder isso ou vai encaminhar por escrito?

Vai encaminhar? Está bem.

Eu estou entendendo, então, que a gente vai dar sequência aqui ouvindo os demais inscritos, não é? Mas, antes disso, o Vereador Toninho Vespoli queria fazer, também, uma colocação.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Bom dia a todos e todas. Aos tios, às tias, às mães, a esta Mesa, ao pessoal que está lá no governo, lá na sala, não sei se é na Secretaria de Transporte...

Bom, essa questão das barreiras, por exemplo, não é novidade. Todo ano tem problema. E esse ano, inclusive, deu tudo isso porque esse ano pesaram bastante a mão para tirar um monte de barreira na cidade de São Paulo.

Eu fui visitar vários lugares, desde a DRE Guaianases, a DRE São Mateus, a DRE Ipiranga, e eu achei um descalabro. É um descalabro, não tem outra palavra que eu posso falar aqui. Por quê? Pega, por exemplo, a Avenida Souza Ramos lá em Guaianases. Não foi feita melhoria nenhuma. Ali eu fiquei contando no relógio quantos carros, ônibus ou caminhão passam ali por minuto. Em torno de 30 a 40 veículos por minuto passam ali. Uma taxa muito elevada de trânsito de veículos. Ali não tem um farol, ali não tem uma faixa de segurança para se atravessar,

mas tiraram a barreira de lá. Eu andei nas calçadas lá, tem monte de lugar que as calçadas são quebradas, que não tem condição da criança passar.

E na periferia... Porque assim, quem está lá, sentado bonitinho na mesa, nas suas mesas, não entende como funciona a periferia. Na periferia, o pessoal coloca o carro em cima da calçada e a criança tem que ir para o meio da rua. Na periferia, tem um monte de degraus nas escadas que a perna da criança não consegue alcançar o tamanho do degrau e tem que ir para a rua. Só que o filho das pessoas que estão lá assinando essas coisas, os filhos deles estão em segurança.

Eu falo que a Secretaria, a obrigação dela, a preocupação não é com dinheiro, é com a vida das nossas crianças. Essa que deveria ser a principal preocupação da Secretaria, mas o que se fica preocupado é com o orçamento, é de corte e corte e corte... Eu fui em uma DRE, que eu não vou falar aqui o nome, com 12 crianças. De 12 casos, 11 eu consegui resolver, só um que não. Se o vereador não fosse lá, esses 11 casos não eram resolvidos.

Eu fui na DRE Guaianases, eles mentiram para a gente. Falaram que de 2.800 casos, 2.000 casos tinham sido resolvidos. Eu falei isso na minha rede porque foi o que foi passado para mim. Depois eu fiquei sabendo que foi mentira. Não foram resolvidos os 2.000 casos. Se mente para vereador, então o que se faz de mentira para o pai e para mãe na hora que o pai e a mãe vão lá se nem Vereador eles estão respeitando?

E mais ainda: vereador que já foi em DRE para resolver questão de TEG, eu me sinto mal, eu vou ser muito honesto. Nunca falei isso aqui. Mas eu me sinto mal, Nabil, sabe por quê? Fica parecendo que a gente vai lá e a gente está querendo furar a lei, que a gente está querendo privilégio.

O SR. SILVÃO LEITE – Dar carteirada, não é, Toninho?

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Dar carteirada. Não, a gente está lá simplesmente atrás da lei. Mas tratam a gente assim e tratam o tio e a tia como rebeldes, tratam o tio e a tia como estão fazendo manifestação simplesmente para ter dinheiro no bolso. E ainda

tratam o pai e a mãe como se fossem sujeitos sem direito. É esse o sentimento que existe na DRE.

Eu tenho áudio de uma pessoa de uma DRE tratando os tios de uma reunião igual a lixo. Eu vou mandar isso para o Secretário. Se não resolver isso, eu vou para a imprensa e vou mostrar estes áudios, porque não dá para ter uma Administração que olhe os tios e as tias como se não fossem parceiros. Olham para eles como se fossem um problema. Isto é assédio moral. Qualquer um que denunciar e colocar isso em um processo na Justiça ganha, porque, pelo que eu escutei, é inadmissível como os tios e as tias são tratados nas DREs.

Só para terminar, Vereador Nabil Bonduki, eu não sei sobre o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Já está esgotado.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – É? Eu já coloquei nesta Casa todo um relatório do que os tios e as tias gastam se o seu transporte estiver lotado, cheio. Você empata. Você vive – e vive mal. Sobrevive. Agora, você não consegue guardar dinheiro para trocar o seu transporte, até porque o seu veículo nos últimos quatro anos dobrou de preço.

Na hora em que o tempo da maioria desses transportes vencer – e não vão poder renovar –, eu quero saber quem é que vai ajudá-los a comprar um novo veículo, porque, senão, boa parte vai sair do sistema. Vamos falar a verdade: poucos estão com seu transporte, com seu veículo cheio; a maioria está capengando.

Mais, ainda: a Secretaria tem de ter um olhar humanizado dos problemas. Eu peguei, por exemplo, uma tia que faz o transporte, ali, da Cidade Tiradentes. Ela passa por mais ou menos 800 metros que não têm asfalto. É lama, lama. Para você conseguir passar ali, às vezes a pessoa até atola o carro lá. Porém, quando ela chega à escola, leva multa porque o veículo está sujo. Quer dizer, a Prefeitura não faz a parte dela, que é de asfaltar a rua, e quer meter multa em cima do tio e da tia? Aí, a Secretaria não tem um olhar para discutir essas coisas? Só faz isso quem não vai para a rua e não entende de transporte público gratuito na cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Vereador Professor Toninho Vespoli. Antes de abrirmos a palavra, vou passá-la também Ao Vereador Silvinho Leite.

O SR. SILVINHO LEITE – Bom dia a todos e a todas. Tudo bem, pessoal? Bom dia, Presidente Nabil Bonduki, nobres Pares Silvão Leite e Professor Toninho Vespoli. Cumprimento a nossa representante das mães e os nossos representantes da Secretaria de Educação e da SPTTrans.

Antes de começar a minha fala, Vereador Nabil Bonduki, eu gostaria de colocar no telão um vídeo que nós apresentamos, para entenderem o que aconteceu. Na quinta-feira, nós tivemos reunião com os representantes do TEG, do sindicato e de várias regiões e a nossa reunião com o Secretário foi esta, para vocês terem uma ideia. São dois minutinhos, para vocês entenderem.

- Apresentação de vídeo.

O SR. SILVINHO LEITE – Pessoal, o que é importante ressaltar – que foi o que nós falamos para o Secretário? São três coisas rápidas, para encerrarmos. Quero ouvir vocês, também.

A primeira coisa que nós falamos para o Secretário: nós levamos a vida real para ele. Vocês viram que não foi nenhum vídeo montado. Nós fomos ao dia a dia. Quero parabenizar minha equipe, que durante meses percorreu a cidade toda, com o pessoal do Sindicato do Transporte e com os professores do TEG, para fazer esse levantamento, no dia a dia, sem maquiagem. Entenderam, Vereadores Nabil Bonduki e Professor Toninho Vespoli? Foi sem maquiagem, para mostrar a realidade.

Há a tal da barreira física, a falta de calçamento. Nós fomos mostrar para ele que a maior parte da cidade de São Paulo não tem calçamento e, quando tem, é nessas condições, aí. Estavam os dois Secretários, o Sr. Padula e o Sr. Samuel, o adjunto. A primeira pergunta que nós fizemos para os dois foi: “Os senhores teriam coragem de largar os seus filhos nessas ruas? Não, os senhores não teriam coragem, pois eu sei que não fariam uma loucura dessas.”

Nós estivemos conversando com vários diretores de DREs, também – cujos nomes não vale a pena passar aqui, até porque sabem como é complicado: toda pessoa, quando é funcionária pública, se apresenta e depois pode ser crucificada. Entretanto, falamos para o Secretário: “Secretário, nós estivemos conversando pelo menos com seis diretores das treze DREs e todos falaram a mesma coisa. Existe uma comissão dentro das DREs que é composta por técnicos do transporte escolar, pelo técnico da DRE, pela CET e pelo pessoal da SPTrans e os relatórios saem daqui com ‘positivo’ no atendimento das creches, dos TEGs. Quando chega aqui, existe uma comissão aqui dentro que não conhece da rua, não conhece a cidade de São Paulo, fica simplesmente olhando um computador, de dentro da sala, e decide que não vai fazer. Quem tem razão, Secretário? É a comissão interna ou o pessoal que foi para a rua, ralar, lá, com chuva, com sol, acompanhar os pais e acompanhar as famílias? ”. Ele disse: “É, isso é algo que a gente pode resolver”. Então, não é que pode resolver, Sr. Secretário. Temos de resolver.

Outra coisa falada ao Secretário foram algumas mudanças que foram apresentadas – inclusive, uma pauta para eles reverem a alteração da Normativa 22, de 2025. Ontem, alterações foram feitas devido a essa nossa reunião. Fomos representar todos, mas ainda tem de melhorar bastante. Uma das questões que foram feitas aqui inclusive já está com o Sr. Samuel, o Secretário-Adjunto, que me respondeu. Todas as situações que se encaixam nessas realidades que nós mostramos para eles serão retornadas – todas.

Nós vamos ficar cobrando isso, porque nós não fomos lá para mudar normativa, para fazer história, não. Nós vamos ficar cobrando. Vamos ficar em cima, porque, inclusive, um mês e pouco atrás, eu liguei para o próprio Prefeito. S.Exa. sabe do trabalho grande que nós temos, aqui, com os TEGs. Vocês acompanharam o Vereador Milton Leite nesta Câmara, na presidência. Sempre foi um dos pais dos TEGs, com os próprios Vereadores Nabil Bonduki, Professor Toninho Vespoli e Senival Moura, que é do transporte, também.

Nós tínhamos uma barreira grande, que eram dois quilômetros. Baixamos, depois de muita briga – vocês, que acompanharam, sabem disso; e eu acompanhei, na época, como

assessor do Sr. Milton –, para um quilômetro e meio. O nosso pedido, na questão da reeleição do Prefeito, foi para que pudesse baixar para um quilômetro. Aí, o que nós conseguimos? Retirada da barreira física? Gente, fomos na contramão do que foi proposto, do que nós pedimos.

Com isso, o que nós acordamos com os Srs. Padula e Samuel? A Normativa 22, que saiu ontem, já atende – pelo menos, eu já consultei e as DREs também dizem que já dá para nós trazermos de volta todas as crianças que perderam os seus TEGs, desde que estejam compreendidos dentro dessas situações reais que nós levamos.

Uma das coisas que o Sr. Wesley perguntou para o Secretário – não sei se foi o Sr. Wesley ou o Sr. Éder – foi: “Secretário, na hora de cortar, vocês simplesmente cortaram. E agora, como é que faz para voltar?” Não vou dizer que vai ser dessa forma, mas eu entendo que, de forma geral, deveria retomar e rever, sim, as que não tiverem condições – mas retomar de forma automática. Essa foi a nossa briga, ontem.

Para concluir, nós apresentamos algo para ele. Nós conseguimos já aprovar em primeira, na Casa, um dos últimos projetos de lei do nosso grande Vereador Milton Leite, que cria o Programa de Transporte Municipal Gratuito, o Vem Social, no município de São Paulo. Seria uma modalidade para poder atender de forma mais ampla aos TEGs. Já aprovamos em primeira. Deixei uma cópia com o Secretário, lá, também, para falar sobre o programa e para ver se conseguimos, com apoio dos Vereadores e com o nosso Prefeito, aprovar em segunda. Nós vamos cobrar isso muito de perto, pessoal. Entenderam?

Foi o que nós falamos para o Secretário: não dá para o pai e a mãe trabalharem e não saberem se seu filho está seguro, porque, na periferia de São Paulo, muitos dos pais não levam seus filhos para a escola. Eles pedem para o vizinho, para o idoso ou para o filho mais velho levar.

É que não passou, porque está muito longo o vídeo, mas nós mostramos para ele uma região em que um cadeirante andava no meio do asfalto – contudo, a cadeira dele era

elétrica. Nós temos famílias que têm filhos cadeirantes. O pai e a mãe às vezes são cadeirantes. Como vão levar o filho à escola sem o TEG?

Então, os dois Secretários foram muito solícitos. Já marcamos novas reuniões, pessoal, com o Secretário e com a equipe dele, que estava lá, presente. Nós vamos acompanhar isso de perto.

Ou seja, a volta do que foi cortado tem de ser imediata. A revisão, para ver se atendia ou não, tem de ser depois que as crianças estiverem estudando. Nós não podemos deixar que haja fuga de crianças nossas e deixar os pais inseguros neste momento. O TEG é uma briga da cidade. É uma briga de todos. Nós não vamos abandonar isso e nós estaremos lá.

Vejam, eu tive a paciência de fazer tudo isso. Tive a paciência de esperar o Sr. Padula voltar de férias, de licença médica. Eu não quis conversar diretamente com o Secretário-Adjunto; queria conversar com os dois, juntos. Na quinta-feira, nós fomos agraciados, tendo os dois, com a equipe, e já se demonstraram muito atentos a podermos conversar sobre a mudança da Normativa 22, parte da qual saiu na quinta-feira, e sobre a alteração da Lei do TEG, de 2003. Inclusive, já estão preparando uma minuta. Não é isso, pessoal do sindicato e dos TEGs? É para apresentar para o Secretário, para ver o que conseguimos trazer de melhor a uma categoria que presta um serviço tão importante para a cidade de São Paulo. Está ok, pessoal?

Essa era a minha fala e tenham certeza de uma coisa: nós estaremos sempre juntos. Segurança das crianças é segurança nossa. Todos nós somos pais, avós e tios e temos de entender isso.

Inclusive, outra demanda nossa foi dos PCDs e neurodivergentes. Não dá para serem transportados em situações como foi a de agora, por transporte convencional. Têm de voltar a pôr TEG e nós vamos ver essa forma de poder continuar atendendo vocês. Está ok?

- Manifestação do público.

O SR. SILVINHO LEITE – TEG já!

Está bom? Desejo um bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Vereador Silvinho Leite.

O SR. SILVÃO LEITE – Pela ordem, Presidente. Só um minutinho, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Pela ordem, Vereador Silvão Leite.

O SR. SILVÃO LEITE – Eu preciso me ausentar. Eu não consegui cancelar um compromisso que eu já havia marcado há algum tempo. Então, eu quero só deixar aqui meu agradecimento a todos e fazer uma colocação que eu acho importante.

Eu acho que não conseguimos construir uma política pública de forma abstrata, olhando apenas para os critérios frios do papel, sem dialogar com quem vive essa realidade todos os dias. Então, eu peço que o Secretário de Educação e o Secretário de Transporte tenham essa visão e, de uma forma mais ampla, discutam com quem vive isso todo dia.

Peço desculpas pela minha ausência, mas contem com Silvão Leite e com estes Vereadores.

Muito obrigado, gente.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Vereador Silvão Leite. Eu vou dar início, então, à fala das pessoas no plenário. Por conta do tempo nosso, nós vamos ter dois minutos, no máximo, para cada fala. Nós temos quase mais 20 falas. Está bem, gente? Então, nós já estamos com o nosso tempo praticamente esgotado. Outros precisam s falar.

Então, eu vou sempre anunciar o seguinte. O primeiro anunciado vem para este microfone e o seguinte vai para o outro. Vamos falando, aí, sem interrupção.

Quero chamar, primeiramente, a Dra. Cristina. Em seguida, será o Sr. Luis, que é o segundo a falar, do TEG Especial. Então, vamos agilizar. Depois, só para vocês fazerem uma fila aqui, em seguida, vão ser os Srs. Jansen Florentino e Mauro Paiva. Vamos lá, formando uma fila.

Dra. Cristina, tem a palavra.

A SRA. CRISTINA JEREMIAS – Bom dia a todos. Sou Dra. Cristina Jeremias, advogada. Atuo com direito público administrativo desde 2001 e já tenho contato com os TEGs desde 2006, como conselheira da categoria.

Eu vou me concentrar apenas em três pontos: a criança, a transparência na gestão dos transportes e o reequilíbrio econômico dos contratos.

Primeiro ponto, a criança. Quando uma criança deixa de ir à escola por falta de transporte, nós não estamos diante de um problema, apenas, administrativo. Estamos diante de uma violação à Constituição e ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

A Constituição Federal, em seu Art. 208, Inciso 7º, diz que é dever do Estado garantir o atendimento ao educando no Ensino Fundamental por meio de programas de transportes. O ECA, no Art. 53, garante o direito da educação com igualdade de condições, o acesso e a permanência na escola.

Traduzindo: se uma criança não consegue ir à escola porque o transporte não chega, a lei está sendo desobedecida. Transporte escolar não é favor, é dever do Estado.

As informações que nos chegaram, nos falam em milhares de crianças não atendidas pelo transporte escolar. É importante corrigir uma percepção. Em muitos casos existem vagas sobrando nas Vans e TEGs com capacidades disponível e ainda assim crianças ficam fora do serviço porque não são chamados pelo sistema.

Se os relatos dos pais aqui hoje confirmarem essa realidade, fica claro que a política pública não está alcançando todas as crianças que precisam, e isso justifica a atuação do Ministério Público e da Criança e da Juventude, que é guardião desses direitos,

Segundo ponto: a transparência de gestão do transporte hoje: TEGs e famílias não têm clareza sobre quantas crianças estão efetivamente fora do atendimento. Ainda há demanda não atendida, mesmo com vaga disponível. E a Lei 14.133 /2001, a Lei de Licitações, agora renovada, em seu Art. 7º e a Lei de Acesso as Informações, no seu Art.8º, exige publicidade e transparência. Isso significa que é um dever do Poder Público dar ampla divulgação aos dados

do sistema do transporte escolar, para que a sociedade possa acompanhar e fiscalizar. Sem essa transparência, não se consegue explicar que há vagas sobrando nas Vans enquanto existe crianças fora do serviço.

Terceiro e último ponto: o reequilíbrio econômico. Urgência para a troca da frota. Enquanto o custo de manter o serviço aumenta, os índices oficiais mostram a alta de combustível, de pneus, peças e manutenção, seguros e outros insumos da frota. Quando se monta uma planilha real baseada nesses índices, o aumento chega facilmente à casa dos 40,45,46%.

Ao mesmo tempo, o reajuste concedido nos contratos foi muito menor, como já disseram 10% no último ano e algumas modalidades, como os técnicos de transporte de cadeirantes, não houve qualquer reajuste.

Concluindo. É muito importante esse encaminhamento, do ponto de vista jurídico, isso é um desequilíbrio econômico-financeiro, com ação contratual original, prevista nos termos de adesão.

O que peço aqui é o seguinte: como advogada e como cidadã, minha fala se resume nos três pontos: reconhecer e ouvir os casos das crianças fora da escola, por falta de transporte, apesar de haver vagas sobrando, que é uma violação à Constituição como dito; garantir transparência total nos dados de transportes escolares, para que saibam, com segurança, onde estão essas crianças não atendidas e como as vagas estão sendo distribuídas; abrir processo de reequilíbrio econômico dos contratos, tomando como base os índices oficiais de aumento e a necessidade urgente de renovação da frota, especialmente para os TEGs de transporte de cadeirantes, que sequer tiveram esse reajuste. E, que todas essas devolutivas ocorram, exclusivamente, pelas vias institucionais, de forma transparente e igual para todos.

Eu, peço, respeitosamente, que esta Casa informe o contato de e-mail da Comissão de Transporte e da Comissão de Educação, para que possamos encaminhar, por escrito, todos os dados e documentos complementares que não cabe aqui relatar.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. A assessoria vai encaminhar para a senhora.

Sr. Luís, com a palavra. Eu, pediria, encarecidamente, para poder se conter no prazo, no tempo e sem ser repetitivo, para podermos agilizar e todos poderem falar.

O SR. LUÍS – Obrigado, Sr. Presidente. Serei breve. Primeiro agradecer a todos, a mãe, aqui presente. Nem preciso falar nada. Eu vou resumir a minha fala em dois fatos, mesmo, porque os demais já falaram muito bem.

A TEG Especial...Sou Luís, da Cooper 7. Art. 22, fala na questão dos quatro quilômetros. Eu queria que a Sra. Viviane levasse ao Sr. Secretário, também, o Adriano na Secretaria, essa questão. Porque uma criança deficiente – estamos falando de deficiente, seja ela motora ou cadeirante - qual é a diferença de uma criança que está a quatro quilômetros para uma que está acima de quatro quilômetros? Porque um carro que está pegando uma criança a sete quilômetros da escola, ele não pode pegar essa mesma criança, dessa mesma instituição de ensino - vamos falar assim - porque na realidade não são só escolas que atende. Porque que esse mesmo carro não pode pegar a criança que está abaixo de quatro quilômetros? Isso vem trazendo um transtorno enorme a esse modal do transporte especial. Carros vazios, carregando uma criança, porque vem da região – vamos dar um exemplo - do Grajaú a Vila Mariana, para a escola Helen Keller, que todo mundo fala. Não vamos falar de outras, porque é uma das mais conhecidas, então vamos focar nela. Então, tem alunos que vêm do Grajaú, do extremo Leste, não sei lá onde, para o Helen Keller na Vila Mariana. Ok. Beleza. Quem tem que fazer esse transporte é o condutor da DRE-Ipiranga. Beleza. Mas por que ele não pode pegar o aluno que está abaixo de quatro quilômetros, se ele está indo para a escola? Porque tem que colocar um outro carro convencional, para carregar esse aluno? Isso vem prejudicando os alunos, as escolas, porque uma escola que poderia ter dois carros, têm 10 carros para transportar.

Aí falam em questão de Tribunal de Contas, Ministério Público. O Ministério Público não vai perguntar o porquê uma escola que poderia ter dois carros, tem 10 para fazer o mesmo serviço. Um ponto é esse.

E para encerrar. Falando dos tios e tias, que estão desde 2002, a maioria deles tocando isso daí. Falam em um novo modelo de credenciamento a ser discutido. O que tem nesse novo modelo? Isso precisa ser aberto. O tio e tia que está tocando o volante, precisa ter ciência do que está escrito nesse novo modal ou se não está escrito ainda, o que se vão escrever. Isso é muito importante. Ser aberto a todos, principalmente, aos tios e tias, que estão desde 2002 nessa pegada e hoje infelizmente estão nessa situação. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Obrigado. Sr. Jansen Florentino de Moraes.

O SR. JANSEN FLORENTINO DE MORAES - Bom dia, a todos. Serei breve. Já que o tempo encurtou. Pensei em algumas falas importantes, mas vou tentar resumir. Eu acho que essa audiência está deixando bem claro a todos: aos Secretários, à comunidade, à sociedade, aos profissionais da educação, à categoria, muitos entendem que estamos aqui apenas por dinheiro, por recursos, como foi falado. Isso ficou bem claro. Nós, antes de sermos condutores, somos pais, mães e nos preocupamos com isso sim, porque a coisa está muito séria e preocupante. Nós não vamos esperar de braços cruzados acontecer uma atrocidade, um atropelamento ou alguma coisa fatal por conta de uma barreira física que foi cortada, indevidamente.

Vou deixar um questionamento para SME, para o pessoal da DTP, da Secretaria. Primeiro, foi falado um número do ano passado, de atendimento, 140 e poucas mil crianças e esse ano já está em 140 e poucas mil crianças. Falaram alguns números básicos de atendimento, não chegou a 110 mil. Então assim, está muito longe.

Eu, tenho uma coisa a dizer com relação a esses números. Esses números deveriam estar o dobro, porque em 2024, 2025 foi criado o TEG Creche, onde foram mais de mil veículos

atendendo, que poderiam atender 24 crianças. Então esse número teria que ter aumentado drasticamente na operação.

Então, por que não manteve? Pelo contrário, baixou. Onde está o problema? Com certeza foi o corte.

Outro ponto. Eram 2km quando atendia esse mesmo número de crianças baixou com apoio com o apoio do Sr. Prefeito e dos nossos Vereadores, para 1,5km e meio. Como o Vereador Silvinho Leite, bem falou. Por que não aumentou também a quantidade de crianças atendidas? Gostaria de ter resposta.

Com relação ao DTP, SME, DTE e a própria SPTrans, o que estão fazendo em relação a mudar esse cenário? Porque é assim: entendemos que a família é a nossa luta maior, não tenham dúvida disso, mas nós somos profissionais, precisamos ter condições de operar com qualidade, segurança, dignidade e honrar nossos compromissos de sustentar nossas famílias.

Fica a pergunta: o que o DTE, DTP e SPTrans, estão fazendo para mudar esse cenário? Que forma de remuneração, como foi falado, está tendo esse trabalho? Porque o ano passado fizemos um trabalho árduo de tabela, de cursos apresentado que deixou claro, gastaram mais de 45%, deram 10. Isso já foi falado aqui. O que está sendo feito para mudar isso. Vão esperar essa categoria não aguentar mais e chegar a uma situação de abandono? Nós temos tios adoecendo, todo o início de ano. É uma vergonha o que fazem com os pais, com os transportadores escolares, são profissionais muito bem avaliados pela sociedade, pelos pais, pelas famílias. Está aí a prova, uma mãe. Somos muito bem avaliados. Nós ajudamos a diminuir a evasão escolar. Fomos peça fundamental para isso. Gostaria muito da resposta das Secretarias. Por favor. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Sr. Mauro Paiva.

O SR. MAURO PAIVA – Bom dia a todos. Acho que as falas de todos meus colegas, da mãezinha aí, foram perfeitas. Eu acho que se resumiu todo o problema do transporte escolar, que primeiro são os pais, as mães, as crianças, que é o fundamental, é o que a Secretaria de

Educação, sempre em todas as reuniões, pautou, que o problema nosso, que nós, muitas vezes, só trazemos situação do transporte e acaba esquecendo das crianças. E não é bem assim. Pensamos muito nas crianças. É o que o condutor vê, visa e sabe do problema daquela criança.

Estão todos de parabéns. A fala de vocês resumiu tudo. Só que o que eu, Mauro, venho pedir para vocês, Vereadores, Secretarias? Que olhem para o condutor. Cada dia que passa o condutor... Isso que está acontecendo e vai sangrando o condutor pouco a pouco e todas as reuniões com a Secretaria de Educação, com o DTP, com vocês, é muito boa, muito plausível, conseguimos entender, mas isso leva muito tempo. Isso vai demorando. Ah, daqui 10 dias, 20 dias, 30 dias e isso está sangrando o condutor. Ele não tem mais tempo. Ele não está conseguindo mais se manter. O condutor, hoje, pede socorro. Não dá mais. Vereadores, por favor, não deixe isso postergar, 15 dias, 20 dias. Tem condutor aqui com prestação atrasada, aluguel atrasado, isso está sangrando todo mundo. A burocracia é grande. Para tirar, como meus colegas disseram, é rápido, tira em um dia, mas para colocar é uma burocracia. Uma burocracia danada. Traz documento, traz foto, vão protocolar, 3 meses, 4 meses. O condutor não aguenta mais. Por favor, é isso que eu peço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Obrigado. Sra. Paula Letícia.

A SRA. PAULA LETÍCIA - Bom dia a todos. Desculpa o nervosismo, mas eu venho aqui para falar que eu sou uma mãe atípica. Eu, também, era monitora. Sei da luta de vocês, há muito tempo. Trabalhei um tempo e eu vejo que a luta não é de hoje.

Eu, venho aqui em prol do meu filho, das outras crianças, do meu sobrinho, que também está sem transporte. Meu sobrinho não é deficiente, mas ele está sem transporte. A mãe dele ganhou bebê faz pouco tempo. Então, eu tenho que estar indo para a escola com meu filho, saindo mais cedo da escola do meu filho para levar o meu sobrinho para a escola, retirar o meu sobrinho da escola. Eu também estou sem trabalhar para acompanhar o meu filho na escola. Acho que o Toninho viu um vídeo meu na internet que eu chamei a reportagem.

Eu fiz tudo e ainda estou na luta. Estou desde fevereiro assistindo aula com meu filho, porque eu não consigo vaga na Rede Municipal. Eu não consigo nada. Eu vou na DRE, o meu direito é negado.

O meu filho tem laudo, mas não tem prioridade. Isso que escutei. Meu filho não tem prioridade nenhuma. E não apenas meu filho, há mais crianças.

Eu trabalho? Não, mas faço estágio, faço pedagogia e sei a luta de inclusão dessas crianças, porque não são incluídas na rede. Elas são excluídas, elas são excluídas. Ninguém tem respeito com elas. Ninguém.

O Prefeito era para estar fazendo a parte dele, mas não está. Ele não está fazendo. Está simplesmente excluindo todo mundo e não faz o papel dele, que é dar o direito de a criança estudar. (Palmas)

Por isso, tenho que fazer um papel que não é meu, de estar ensinando e ajudando meu filho. Por quê? Porque ele não tem o que precisa, o que é direito dele.

Você chega aqui e é obrigado a escutar que ninguém tem resposta, ninguém pode responder para você uma coisa que você precisa ouvir, que você precisa saber. (Palmas). Está todo mundo aqui querendo resposta. O pessoal do Detran, da SPTrans, sei lá de onde, estão todos aqui, mas ninguém sabe falar nada para ninguém. Meter multa nos tios todo mundo sabe. (Palmas)

A vaga do transporte, para o transportador escolar encostar, está lá. Falem para mim: quem é o tio que consegue encostar lá na vaga do escolar? (Palmas) Aí, o tio encosta do outro lado da rua para atravessar 20, 15, 30 crianças, de um lado para o outro, para deixar dentro da escola. Fui monitora e fiz isso muito tempo, muito tempo. Trabalhei dez anos no transporte, então eu vi, não foi ninguém que me contou. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Paula.

Abou Anni, sempre Vereador, obrigado pela presença.

O SR. ABOU ANNI – Obrigado, Presidente. Quero cumprimentar todos os tios e as tias presentes nesta audiência pública. Na pessoa do Presidente Nabil Bonduki, cumprimento todos os demais Vereadores e todos os participantes.

- Manifestação fora do microfone

O SR. ABOU ANNI – Está baixo? Bom, mais alto, vamos lá. Então, apenas um momento de cumprimento.

Presidente, sempre falo – estive por quatro mandatos nesta Casa – sempre falo que o condutor escolar e a condutora escolar nunca tiveram sossego na vida. Quando não é uma coisa, é outra.

Quanto ao TEG, temos que pensar, Presidente, que vamos ter um novo edital para o próximo ano – porque dará o prazo de cinco anos desde 2022 – e há contratação do transporte escolar por autorização e permissão; a concessão é para transporte de grande vulto, que não é o caso do TEG.

Quando se fala em permissão, cria-se o credenciamento – perfeito – que são cinco anos. Então, ano que vem, temos que saber como vão ficar os critérios. Percebe-se que esse modal do TEG 2022 que aprovaram não funciona, não tem jeito. Essa forma de remuneração, Presidente, tem que mudar, tem que ser feita por veículo.

Recebo todo dia mensagem no meu WhatsApp “Abou Anni, faço os três horários. Um horário com dez alunos; outro com mais dez; e outro com nove”. Vaga existe. Então, é possível, Presidente, atender todas as crianças que necessitam de transporte escolar gratuito. Vaga existe.

Se o pagamento for feito por veículo, de acordo com a sua capacidade, e pensarmos em uma forma de equação dessa remuneração, vai acabar esse problema, além dos atritos em via pública de condutores particulares do escolar com o TEG. Porque, muitas vezes, no TEG, a legislação permite, o edital permite que o transporte escolar gratuito pegue particular. Não tem

cabimento, Presidente. Nós temos que saber o que é transporte particular e o que é transporte escolar gratuito remunerado pela Prefeitura.

Então, o formato desse próximo edital está totalmente equivocado. Lembrando que nesse próximo edital, como se trata de permissão e, possivelmente, será um credenciamento, acredito que o atual Secretário de Transportes, Celso Caldeira, que fez o modal do Ligado, é quem está colocando as mãos no transporte escolar gratuito dessa vez. Ele vai ter um critério muito justo para, dessa forma, eliminar todos os problemas.

Um problema agudo é a questão da demanda. Muitos escolares são contemplados, justo; mas há muitos escolares passando necessidade, até fome, porque não conseguem pagar o seu veículo. (Palmas). Vão ter que sair do transporte porque não conseguem pagar o veículo, gente. E há vagas. Porém, a remuneração é para o fim do mundo.

Então, cabe muito bem um reequilíbrio financeiro, que é previsto em lei, não é favor. O reequilíbrio financeiro tem previsão legal na Lei 14.133, a nova legislação.

O transporte escolar pede socorro. O TEG pede socorro. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado.

Próximo inscrito: Éder de Jesus. Em seguida, Edmilson Conceição.

Vamos lá, Éder. Edmilson também vem chegando para falar. O último desta primeira lista é o Rafael Drummond.

Vai lá.

O SR. ÉDER DE JESUS – Bom dia a todos. Quero agradecer a oportunidade a todos Vereadores.

Vereador Silvinho, você fez uma fala sobre a Secretaria que esteve lá. Falou que fomos bem atendidos, mas você teve que chamar a atenção do Secretário Samuel para ele dar atenção para a nossa demanda.

Então, para o Secretário, para a educação, acho que a categoria de transporte escolar, que atende muito bem as nossas crianças de São Paulo – não há reclamação de mães aqui – tem que ter mais respeito.

Graças a Deus que estivemos com parlamentar lá, senão a atenção desse Secretário não vinha. O Secretário não daria a atenção que deu para um Vereador, porque estava passando um vídeo aqui e ele estava olhando o celular. Então, você chamou muito bem a atenção dele. Enfim, pessoal. (Palmas)

Acho que todos falaram sobre a barreira física, sobre o que saiu na instrução normativa, mas espero que a Secretaria de Educação me dê um prazo, uma data, fale: “Até tal dia, as crianças de que tiraram o transporte da barreira física vão estar alocadas”, porque vocês fizeram isso para tirar e todo começo de ano vocês dão um prazo para alocar crianças novas, senão não recebemos 100%.

Então, Secretaria, desculpe – é Viviane, não é? – acho que colocaram você aqui, sua competência é muito boa, mas acho que não era para você estar aqui. Quem deveria estar aqui dando explicação era o Secretário ou o Samuel. (Palmas). Porque são eles que têm números. Não dá para acreditar que uma audiência pública que vai falar de um assunto tão sério não venha com números. Se não há números, não venha. Faça como a Secretaria de Transporte que, infelizmente, com todo o respeito ao Adriano, não mandou ninguém, mas teriam que estar aqui.

Então, gente, o que temos que pedir, além de tudo o que pedimos hoje...

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Concluindo.

O SR. ÉDER DE JESUS – ... É respeito ao transporte escolar. A audiência pública é para todos participarem presencialmente. O Poder Público tem que estar aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado.

Edmilson, pode falar.

O SR. EDMILSON CONCEIÇÃO – Bom dia a todos os senhores, bom dia aos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Rafael pode vir também.

O SR. EDMILSON CONCEIÇÃO – Em primeiro lugar, gostaria de falar da questão do TEG especial. Como até já foi mencionado por um colega em algum momento...

- Manifestação fora do microfone

O SR. EDMILSON CONCEIÇÃO – Sobre o TEG especial, o que acontece? Como o colega colocou, há crianças com a questão da distância. Ok, o TEG especial foi feito para isso. Retiraram as crianças de quatro quilômetros, sendo que, às vezes, o transporte está passando na porta, ou seja, há situações, relatos de colegas pegando criança às 3h30. Imaginem só a criança saindo de casa às 3h30 no TEG especial. Imaginem o pai e a mãe que veem seu filho sair de casa às 3h30 para chegar às 17h?

Há veículos para fazer o transporte, mas não querem colocar mais um veículo para fazer esse tipo de transporte. Então, pegam o veículo que está saindo, por exemplo, do extremo Sul, mandam ele ir até a divisa de Diadema, até Campo Limpo, sair catando por distância, porque não querem colocar mais um veículo.

A mesma coisa acontece, por exemplo, com o veículo que está saindo da zona Leste, vai para a região central, vai até Pirituba, Morro Doce. Apenas um veículo fazendo todo esse trajeto com crianças especiais, com crianças que estão se debatendo no veículo – temos provas de tudo isso – por duas horas e meia, três horas. É um absurdo o que estão fazendo.

À mãe que veio aqui representar as outras mães, muito bem; mas é uma humilhação fazer isso. Os pais não precisavam estar aqui. O dinheiro não é do Poder Público; é do município. (Palmas). Então, ela não está pedindo favor, não; ela está exigindo um direito. Não adianta dizer que vamos economizar, porque economizar com o dinheiro dos outros é fácil.

Então, deixo aqui minha revolta, porque não são apenas os transportadores que estão sofrendo; as crianças estão sofrendo. Nós que estamos na operação estamos vendo o que as crianças estão passando.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado.

Próximo inscrito: Rafael.

Peço para que a Jaqueline Silva Sá, mãe da Luna, vá até aquele microfone.

Rafael, pode falar.

O SR. RAFAEL DRUMMOND – Bom dia a todas e todos. Sou Rafael Drummond. Cumprimento a Mesa na pessoa do Presidente Nabil e na pessoa da Vereadora Renata Falzoni.

Esta audiência mostra sua importância e urgência pela quantidade de pessoas, pela mobilização em um sábado de manhã.

Acho que temos que começar a pensar o TEG pelo que ele é: um tipo de transporte público. Não somente um modo de levar as crianças para as escolas, um direito constitucional, mas também um transporte público. Não é à toa que o DTP faz parte dessa gestão, não é à toa que a SPTrans faz parte dessa gestão. Mesmo assim, isso está sendo insuficiente. Temos que pensar essa política de forma integral e ela precisa ser reformada. Precisa ser reformada.

Eu quero fazer uma contribuição com alguns dados que ainda não citamos nesta audiência pública.

No começo do ano passado, foi criada uma política chamada Mamãe Tarifa Zero para enxugar gelo e tentar tapar um buraco enorme dentro do sistema. Apenas entre as creches, são mais de 28 mil crianças que vivem há mais de 1,5 quilômetro das escolas e não são atendidas. Não são atendidas.

Onde está isso? Como conseguiremos resolver isso sem um programa integral entre todos – entre a Secretaria de Educação, que não consegue fazer o cadastramento correto de todas as crianças e transportadores?

Então, realmente precisamos repensar todo esse processo, não somente o contrato, a forma de remuneração e as barreiras físicas que não podem estar sendo rediscutidas de forma integral com os transportadores...

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Concluindo, Rafael.

O SR. RAFAEL DRUMMOND – Sim.

Então, peço encarecidamente que façamos uma reforma desse sistema. Não podemos continuar, porque vai quebrar e vai, realmente, parar. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado.

Próxima inscrita: Jaqueline.

A SRA. JAQUELINE SILVA SÁ – Bom dia a todos. Obrigado pela oportunidade.

Eu tenho uma filha e o transporte foi tirado dela. Ela teve transporte apenas até o final de 2025.

Um ponto bastante falando foram as calçadas e a segurança deles em razão dos carros, de ser atropelado e tudo o mais. Porém, outra coisa é que a minha filha irá a pé para a escola. Eu trabalho um dia sim, um dia não. Então, ela vai um dia sim, um dia não para a escola?

Outra coisa: como uma criança vai para a escola sozinha e passa pelo meio do mato? Porque colocaram um caminho para passar por um campo que existe lá, mas há nóias, um monte de usuários de droga – lá está infestado agora –, estuprador.

Todo mundo visa a questão do risco de eles serem atropelados e andarem nas calçadas, mas ninguém olha isso. Que mãe em sã consciência vai deixar um filho ir sozinho assim para a escola – uma criança de dez anos, menina ou, até mesmo, menino? Alguém aqui já foi violentado, abusado para ter noção do quanto isso é ruim para uma criança? Isso é ruim para nós que já somos mais velhos; para uma criança, é muito pior.

Estão estendendo isso desde janeiro. Agora, vão nos dar mais 15, 20 dias e ficamos nessa situação, dependendo de vizinho para levar nosso filho para a escola. Minha filha e mais um monte de criança estão indo sozinhos a pé.

Não podemos visar apenas isso, porque é muito perigoso. Garanto que se fosse o filho de vocês, ninguém deixaria. Não sei o quanto o filho de vocês vale, mas a minha filha vale ouro. Não vou deixá-la desse jeito.

Então, precisamos de uma solução para ontem, gente, para já. Não uma solução de rever, mas de devolver para todos, porque dinheiro existe. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Obrigado, Jaqueline.

Vamos passar, agora, para as falas de quem está na galeria. Peço agilidade para todos.

O primeiro é Derli Valadares. Em seguida, Alexandre Almeida. Podem ir fazendo uma fila. O terceiro é o Tio Neco.

Pode falar.

O SR. DERLI VALADARES – Boa tarde. Cumprimento a Mesa e todos os participantes presentes, em especial o sindicato das categorias, seja dos trabalhadores, seja das empresas colocadas.

Antes de mais nada, Sr. Presidente Nabil Bonduki e demais nobres Vereadores, eu gostaria de saudar o nobre Vereador Silvinho Leite pelo vídeo que ele colocou sobre o desmantelo que há pela cidade nas nossas ruas, com muitos buracos e com muito lixo. É um absurdo o que está acontecendo na atual administração.

Eu moro na zona Norte, é um buraco atrás do outro e não conseguimos resolver e é uma coisa que parece que não, mas afeta o transporte. E quando afeta o transporte, afeta o transporte escolar também, porque lá passam as peruas, os ônibus, todos que estão presentes.

Antes de mais nada, eu gostaria de falar sobre o Instituto, o qual represento, o Instituto de Ética e Comportamento no Trânsito. É uma ferramenta em apoio à melhoria da segurança rodoviária e viemos para declarar um apoio a essa luta pela melhoria do TEG, pela continuidade e, principalmente, para evitar mortes de nossas crianças, tendo em vista que, de

cada 100 pessoas que morrem nesse país, vítimas de trânsito, 33 são crianças ou adolescentes dos 5 aos 29 anos de idade.

Colocamos bem claro que nunca pode ser eticamente aceitável que as pessoas morram ou fiquem gravemente feridas, enquanto se deslocam pelo sistema viário de transporte.

E queria dizer a todos muito obrigado pela oportunidade. Estaremos aqui somando forças com essas categorias todas e coloco o Instituto à disposição das mães para lutarmos em prol das crianças serem incluídas no transporte escolar para que não se tornem vítimas quando estiverem caminhando para a escola, ou voltando.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Muito obrigado.

Sr. Alexandre Almeida, em seguida, os Srs. Tio Neco e Rogério Leme.

O SR. ALEXANDRE ALMEIDA - Quero cumprimentar a Mesa, através do nobre Vereador, o Sr. Presidente Nabil Bonduki.

Sou Alexandre Almeida, presidente do Sindicato dos Empregados em Transporte Escolar do Município de São Paulo e região e queria falar para o Poder Público que o sindicato vai nas regiões e identifica se há um problema muito grave. Está todo mundo pensando que vou falar do problema trabalhista, mas esse não é o problema mais grave, porque ao cobrar o problema trabalhista, descobrimos que o transportador não está ganhando nem para manter seu carro, nem para sobreviver.

Então como cobrar o problema trabalhista desse transportador? É importante construir uma planilha de custo. “Ah, vai ganhar por criança? Vai ganhar por quilometragem?”

Como vai ganhar, não sei, só que na planilha precisa constar todo o custo dele, porque senão vocês cobram do transportador: “Faça isso”, “Trabalhe desse jeito”, “Mantenha isso” e não dão condições para o transportador fazer tudo o que pedem.

E a partir de agora, eu queria que vocês soubessem uma coisa, o sindicato dos empregados não vai penalizar o transportador. Quando ele vir uma irregularidade, vai colocar a

Prefeitura como corresponsável, porque se ela não paga o transportador para trabalhar direito, como ele vai conseguir cumprir as questões? Então é importante construir uma planilha de custo.

Estamos no DTP dialogando, somos credenciados lá, e lutaremos junto com os transportadores, se não resolverem a planilha de custo deles, porque falamos: “Paga o monitor lá 1.804, dá o convênio médico”... O transportador não está ganhando nem para comer.

Nosso sindicato é filiado à CUT. Ontem, eu estava em Brasília, fui eleito membro da direção nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte e Logística da CUT e nós, todos aqui, patrão, empregados, fazemos parte de um setor. Então, quando o Poder Público conversar conosco, respeite, pois condutor não é conduzido. Condutor conduz o futuro desse país.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Sr. Alexandre Almeida.

O SR. ROGÉRIO LEME - Bom dia a todos.

Pela ordem, Sr. Presidente. Meu nome é Rogério, sou presidente do Sindicato das Empresas Transportes Escolares do Estado de São Paulo. Estou aqui numa forma de solidariedade e de apoio.

Hoje, não é discussão disso ou daquilo. Vamos falar da questão do TEG. Por quê? O TEG tem que ter uma reformulação para ontem e não audiências postergadas, igual... Todo mundo estava no aperto lá embaixo ou não?

- Manifestação na galeria.

O SR. ROGÉRIO LEME – Audiência durante a semana não dá para todo mundo comparecer.

Temos um critério no governo do estado de São Paulo que foi discutido na Mesa. O estudante, hoje, tem direito a um quilômetro ou menos, como também temos a planilha de custo real, apresentada no governo do estado de São Paulo, por carro, citada aqui embaixo. Que todos os editais do estado e planilha sejam ligados, que haja a planilha, por carro, de custo. Não é essa a reivindicação de todos?

- Manifestação na galeria.

O SR. ROGÉRIO LEME – Então, Sr. Presidente, pela ordem, peço a gentileza da não postergação das audiências públicas. Estamos aqui no apoio, no geral.

Nosso sindicato patronal fica na Praça da Sé, ao lado da OAB de São Paulo e deixamos nosso departamento jurídico à disposição de todos, seja cooperado, seja empresa, sejam os pais, que tenham reivindicações... Como vi o vídeo no qual um transportador teve que deixar o carro a 100 metros de distância e levar a criança na cacunda. Isso é calamidade pública, vamos dizer assim.

Porém, contudo e, no entanto, obrigado a todos. Não estamos no intuito, no interesse de ninguém. Foi igual no estado, a planilha de custo do estado, conseguimos chegar no valor real. Está disponível para todos, vai dar do início ao fim, porém, estamos abertos.

Vou deixar o contato do sindicato, mas, a discussão é de todos.

E só um adendo à SME e ao DTP, eles tinham que estar aqui, presentes, Sr. Presidente, porque é fácil falar do outro lado da tela, mas passar aperto, igual passamos, fica difícil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Muito obrigado.

Agora é o Sr. Tio Neco e, em seguida, João Isidoro.

O SR. TIO NECO - Bom dia a todos os companheiros do transporte escolar. Cumprimento a Mesa e aos nobres Vereadores presentes, autoridades.

Minha indignação é referente à barreira física, pois trabalho numa região... Sabemos que em muitas regiões do transporte escolar falta muita infraestrutura.

Essas pessoas que fazem o mapeamento referente à barreira física o fazem pelo Google Maps. É fácil, porque se vê tudo bonitinho, tudo plano, mas deixa elas levantarem da cadeira e irem ao local para saberem se, de fato, essas ruas são as ruas que têm barreira física.

Eles não fazem isso, eles fazem tudo pelo Google Maps, e tudo é uma maravilha, bonito. Quando se faz mapeamento pelo Google Maps, tudo é lindo.

Eu moro numa região que é Morro Doce, onde não tem iluminação pública, nem calçada, nem rua, não tem nada. Então peço, aqui, encarecidamente, para que essas pessoas que fazem esse mapeamento saiam da cadeira e vão fazer o mapeamento diretamente na prática, não na teoria, porque, quando é na teoria, acontece como esse cidadão que é adjunto, não veio aqui para sentar e decidir a nossa situação. Ficou só na tela do computador. Por que não veio aqui decidir, juntamente aos condutores o que é melhor para nós? Porque, quando se faz as coisas na teoria, as coisas melhoram, as coisas acontecem.

Minha indignação é referente a isso e, também, sobre o transporte escolar que, infelizmente está pedindo socorro. Não temos dissídio, não temos nada para melhorar a categoria do transporte escolar. A cada dia, nossa calamidade, estamos pedindo socorro. Não temos dissídio, nem subsídio sobre nada.

O DTP... A Prefeitura está comprando várias vans técnicas para fiscalizar os condutores escolares e não dá um subsídio para nenhum de nós. Mas tem dinheiro para comprar carro para fiscalizar, para andar atrás de nós, para nos multar.

Não podemos parar em frente a uma escola que somos multados. Quando o nosso carro quebra, passamos pela maior humilhação, porque se tem que alugar carro e a DTP, a Prefeitura em cima fiscalizando, tirando nossa paciência, ou seja, estamos ali para prestar serviço com responsabilidade e dignidade.

Infelizmente, eles não nos dão esse poder para que possamos executar um trabalho com honra e com compromisso, que é isso que todos sabemos fazer.

Então, peço encarecidamente que a Prefeitura venha nos dar esse respaldo, para que possamos oferecer um trabalho com responsabilidade e com compromisso, senão, assim, não vai dar certo.

Temos que mudar essa norma, temos que mudar esse jeito. E quero falar para vocês que esse ano também é ano de eleição, pessoal. Vocês votem consciente, nas pessoas corretas, porque votamos nesse nível de pessoas que não honram compromisso, não têm responsabilidade com a nação. É o preço que pagamos, por isso vamos votar com consciência.

Agradeço a oportunidade e abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado.

Sr. João Isidoro e, depois, Sr. Walter Mendonça.

Vamos rapidinho, gente, por favor, já passamos do meio-dia, 10, 15 minutos quase.

O SR. JOÃO ISIDORO - Boa tarde a todos.

Sou João Isidoro. Vou relatar as minhas situações e uma situação referente a essa queda de barreira física, a realidade do bairro.

Tenho um carro de 20 lugares. Em um período, carrego duas crianças, no extremo, na ponta. No outro período, carrego três crianças, no outro extremo. E no outro período, tenho 16 crianças. Como manter o carro e sobreviver com essa quantidade de crianças? Você vai na DRE, não tem demanda.

Foi feita uma atribuição, chega lá, o tio fala: “Essa criança é minha” e transfere para o carro dele e você fica batendo lata. Essa é a nossa realidade como condutor.

Sobre a Inácio Monteiro, o nobre Vereador Senival Moura, infelizmente, foi embora, mas o nobre Vereador Professor Toninho Vespoli tem estado na região. Lá, temos um problema recorrente, na rua Inácio Monteiro com Coutinho Melo, próximo do Centro Cultural. A Sabesp faz obra constantemente. Onde tinha a demarcação de solo, não tem mais. Ontem, mesmo, estava lá fazendo tapa-buraco, raspou a faixa de pedestre. Não tem nada. E onde está a sinalização da benfeitoria que foi feita? Passei hoje e está preto, do mesmo jeito, sem faixa de pedestre. Onde isso melhorou para as crianças?

O TEG, o Vai e Volta, quando foi criado pela Sra. Marta Suplicy tinha o intuito de tirar a evasão escolar. Diminuiu, na época, 60%. Hoje, foi cortado, e onde está o Poder Público para ver a situação? Aqui só se vê balela.

Os outros ficaram lá na sala, no ar-condicionado. Por que não vieram botar a cara aqui para dar a resposta presencialmente?

Então essa é a situação que vivemos.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Muito obrigado, Sr. João Isidoro.

Sr. Walter Mendonça e, em seguida, Sr. Dirceu Honório.

SR. WILLIAM SOUZA DE OLIVEIRA - Bom dia.

Acho que o Sr. Walter foi embora. Meu nome é William.

Todos sabemos o que estamos passando e, agora, com esse novo credenciamento, não sabemos quem vai poder participar, se pessoas fora do TEG, fora do particular, pessoas fora do sistema, se vão poder participar. Nós não sabemos, estamos no escuro.

Temos projetos, não sabemos qual valor recebemos nestes. Não o SAAI, mas os projetos de continuidade.

Automaticamente, fazemos o horário normal, em seguida, uma hora, uma hora e vinte, temos que retornar para retirar essa criança. Não sabemos o valor e como vai ficar.

Hoje, venho de branco, representando o PAE, representando o PF, PJ e Cooperativa, porque nós...

Agradeço a oportunidade que nos deram para nos expressar.

Agradeço a quem está presente, àqueles que não puderam e aos que estão *on-line*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado.

O Sr. Dirceu Honório está presente? É o último a falar, diretor do sindicato.

O SR. DIRCEU HONÓRIO - Bom dia a todos.

Meu nome é Dirceu, sou diretor do transporte escolar SINTTEASP, situado na Roberto Simonsen, 7278.

Gostaria de agradecer a presença de todos e de comentar sobre a planilha de custo que tem que ser coesa, qualitativa e representativa para todos. Nós, do transporte escolar, somos o maior transporte da América Latina. Fizemos parte da discussão da CBO, dos monitores e dos motoristas. Pedimos aos órgãos competentes que nos respeitem, os tios da perua, as monitoras, trabalhamos de madrugada e não temos horário para chegar em casa, com muita responsabilidade e compromisso com os alunos, com os pais que estão trabalhando, para garantir a educação das crianças. Respeitem-nos, somos trabalhadores.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Vou chamar o último orador, Walter Mendonça. Está presente? Sim. Rapidamente para podermos encerrar, pois muitos já estão se retirando.

O SR. WALTER MENDONÇA - Bom dia a todos. Não sei se aparece, acho que não dá para ver.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Não dá.

O SR. WALTER MENDONÇA - Vou deixar assim só para comentar um pouco de uma realidade. Vejo que cada um vem, ao microfone, explanar a sua realidade, igual vou apresentar a minha, mas ela é igual a de muitos outros que não puderam vir.

Às vezes, uma planilha de custo é feita, vamos falar de São Paulo, na região do Tatuapé, do Brás, da Mooca, do Ipiranga, cada uma tem uma realidade. Existem outras regiões, como a de Morro Doce, ou de outra como esse tio falou, ou ainda aquele outro tio comentou que está indo em várias escolas, vai num horário, depois ele volta. Há escolas, hoje, onde paramos umas 11 e meia para pegar a criança e só entregamos – eu mesmo só vou entregar – lá pelas 5 ou 6 horas da tarde. Então como conseguimos almoçar? Não temos defesa;

Fica a dica para quem está fazendo a questão da nova licitação: como vou me defender como funcionário que tem de trabalhar sem nenhum tipo de pausa? Como vou falar para ele que tem de trabalhar, tem de ir para a escola, tem de voltar e sustentar isso diante de um juiz? Então tem fatos que não conseguimos. E sobre essas realidades, vou mandar para uma outra pessoa, à qual perguntei, e ela vai conseguir enviar para vocês.

Para que saibam, tem crianças que tenho de subir em telhados para pegar. Vem diretor de escola, mas está no contrato que não posso entrar em ruas que causem o risco para uma criança que está dentro da van, então não posso entrar, porém, se não entrar, a DRE vai lá e fala que é por ordem da SME e tem de entrar, se não, cortam nossos serviços, ou troca a criança do meu carro para outro tio, esse tio se vira e vai.

Nesse vídeo dá para ver minha van, onde estou parado, pena que não dá para apresentar o vídeo, mas é uma realidade que alguns passam, não é a grande maioria, entretanto, quando se forma uma planilha de custo, a pergunta é: como que forma essa planilha rodando só no asfalto? Não considera que roda naquele lugar?

São várias situações que têm de ser consideradas nessa licitação e que têm de defender também o tio da van. Porque se sou obrigado fazer manobra em um lugar, então sou obrigado a fazer manobra em outro. Como vou passar pela mãe de uma criança e dizer: “Olha, você está entrando com a sua criança lá dentro do Pantanal”. Tenho situações em que saio às dez horas da noite do Pantanal, porque a polícia não nos deixa sair, somos obrigados a ficar lá.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Muito obrigado. Vou falar daqui, pois vejo melhor a todos, assim, podemos ir. Antes de concluir, queria fazer algumas ponderações e, em primeiro lugar, agradecer muito a presença de todos vocês. É muito importante essa presença, essa grande mobilização que fizeram, porque é isso sensibiliza tanto a Câmara quanto o Executivo. Quero agradecer a todos que falaram, acho ter ficado muito claro o problema que precisa ser enfrentado.

Como Presidente da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, quero me comprometer a dar os encaminhamentos dessa questão. Acho que já estão sendo encaminhadas também pelos Vereadores Silvinho e Silvão, mas a força da nossa comissão pode, inclusive, estabelecer um conjunto de propostas que, esperamos, sejam atendidas.

O direito à educação está na Constituição e como ouvimos, esse direito à educação está sendo cerceado pela maneira como está sendo trabalhada a questão do Transporte Escolar Gratuito. O cerceamento desse serviço está impedindo as crianças de frequentar a escola. E isso é crime, afinal, é uma obrigação do Poder Público garantir o direito à educação.

Sendo assim, precisamos resolver esse problema, não é mesmo? Se eram 140 mil crianças, grandes números e, atualmente, são 110, vejam, há 30 mil crianças que estão sendo ou impedidas ou tenham dificuldades para acessar às escolas. Isso é inadmissível em São Paulo, que é a maior cidade do País, com o maior orçamento, pois são 130 bilhões de reais. Realmente, precisamos resolver esse problema.

Então nosso compromisso é, além de pessoal, mas também como Presidente da Comissão da Câmara, que esse assunto seja encaminhado e, assim, possamos receber uma solução urgente, como alguém bem disse nessa audiência. Acho que a urgência marcou esta assembleia. Inclusive marcamos essa nossa audiência pública num período curtíssimo, exatamente porque sentimos essa mesma urgência sobre o problema. Fiquei ainda mais sensibilizado, hoje, sobre a urgência em dar uma resposta a essa questão.

Secretário de Educação, Secretário da Mobilidade e SPTrans têm de entender a necessidade premente em resolver essa questão. Realmente, é um descalabro o que está acontecendo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Não posso dar um prazo. O que posso é me comprometer a pedir um prazo, o mais urgente possível, para o Secretário.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Aproveito para fazer um apelo ao pessoal da Administração, presentes nessa audiência, representantes da Secretaria de Educação e também da Secretaria de Transportes, no sentido de que façam o possível para dar uma resposta à Comissão, até quinta-feira, porque há data marcada para uma possível manifestação, fato que pode, inclusive, levá-los a uma greve. Na verdade, nem acho que eles querem a greve, porém...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI - Dia 16. Isso, quinta-feira. Mas digo assim: nós e as secretarias podemos evitar isso, dando uma resposta necessária para eles. Entendo que as secretarias podem dar esse retorno até quinta-feira, pois seria uma perda às mães que não podem esperar, afinal, há crianças sem ir à escola há 2 meses. Isso não pode acontecer, não se pode esperar mais um mês para essa resposta. O prazo não pode ser longo, tem de ser curto.

- Manifestações no recinto.

O SR. WESLEY FLORÊNCIO - Pessoal, só salientando, pela ordem, quero agradecer ao pessoal da Câmara que acabou de nos relatar que estamos presentes, aproximadamente, mil transportadores escolares, quer dizer, é um número bem expressivo. Então assim, parabenizar cada um, cada tio e cada tia que reservou, novamente, um sábado de manhã para fazer parte dessa assembleia. Podiam aproveitar para fazer uma inspeção na van, podiam tirar o dia para passear com seus filhos, com a família, no entanto, vieram brigar, tentando melhorar o serviço tanto para as mães que estão sem o transporte, quanto para nós mesmos, transportadores, além de mostrar para o Poder Público a dificuldade que temos. Então parabéns a vocês. Obrigado, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Obrigado.

O SR. SILVINHO LEITE – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Então daremos esses encaminhamentos.

Normalmente, falamos assim: “Nada mais a ser tratado”, sendo que, na verdade, temos muito ainda a tratar sobre esse tema, mas, para o dia de hoje, declaro encerrada...

O SR. SILVINHO LEITE – Presidente, antes de encerrar, só um segundinho.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Sim, Vereador.

O SR. SILVINHO LEITE – Só para reafirmar, primeiro, parabenizar todos vocês que se dispuseram a vir e, quero dizer, que foi marcada sábado mesmo para que fosse possível a todos estarem presentes.

E acho que foi, acho não, tenho certeza de que houve um descontentamento geral sobre a ausência do pessoal da Secretaria de Transportes e da SPTrans. Costumamos dizer que é importante participar, mas não à distância. Por isso, cobraremos firmemente para que, nas próximas audiências públicas, os representantes públicos estejam presencialmente. Não é justo que os Vereadores estejam presentes, a assessoria também, fora os quase mil transportadores escolares, pais que se dispuseram a sair das suas casas, e não tenhamos representantes da Administração. Vamos cobrar com firmeza essa presença dos secretários, entendeu? E fazer com que isso seja cumprido. Outra coisa...

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Bom...

O SR. SILVINHO LEITE - O nosso papel é garantir que toda criança não fique sem o transporte escolar, dificultando a locomoção. Existem ajustes a serem feitos e acredito que há espaço para isso. Espero que a partir dessa audiência pública, consigamos construir caminhos viáveis, sempre com diálogo com o Executivo, para fortalecer o programa.

A educação começa no transporte a caminho da escola. Muito obrigado e contem com os Vereadores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Devemos, inclusive...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Desculpe, precisamos encerrar.

O SR. JORGE FORMIGA - Só avisar o seguinte: tem uma manifestação marcada para dia 16, quinta-feira agora. Quero propor que aguardemos, podemos fazer uma assembleia na terça, ou até quarta-feira, para ver se há uma resposta por parte do Governo. Na verdade, manifestação dá muito trabalho, é muito comprometimento, não estamos querendo fechar nada para nada, porém, estamos no desespero. Então minha proposta é fazer uma assembleia para tratar essa questão da manifestação, que já está marcada para o dia 16, na porta da Prefeitura. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Está certo. Obrigado. Vamos oficializar às secretarias para ter essa resposta. Declaro encerrada esta audiência pública, agradecendo a presença de todos. Muito obrigado.